

**Ata da 1.^a Sessão Ordinária da Assembleia da
União de Freguesias de Cascais e Estoril**

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL
Grupo Desportivo da Costa do Estoril, Rua António Costa Carvalho, 77, Alapraia
2765-149 ESTORIL

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis realizou-se, pelas vinte e uma horas, no Grupo Desportivo da Costa do Estoril, na Rua António Costa Carvalho, 77, Alapraia, uma **Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril**, convocada nos termos legais, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASCAIS E ESTORIL, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2025;
- PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASCAIS E ESTORIL, REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2026;
- PONTO 3 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASCAIS E ESTORIL, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2026;
- PONTO 4 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025;
- PONTO 5 – 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DE 2026;
- PONTO 6 – PROPOSTA 103A/2026 – APROVAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA O APOIO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO ENG.º ÁLVARO DE SOUSA;
- PONTO 7 – RECOMENDAÇÃO N.º 1/2026 – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE “ZONAS PROTEGIDAS” PARA RESTRIÇÃO DA VENDA E CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NOS CENTROS HISTÓRICOS E ÁREAS ENVOLVENTES ÀS ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DA FREGUESIA DE CASCAIS E ESTORIL;
- PONTO 8 – INFORMAÇÃO ESCRITA E INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO PRESIDENTE DA JUNTA.

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL
Grupo Desportivo da Costa do Estoril, Rua António Costa Carvalho, 77, Alapraia
2765-149 ESTORIL

A sessão foi presidida pelo seu Presidente, Senhor Dr. Manuel Basílio de Castro, e secretariada pelos senhores António Manuel da Silva e Patrícia Cristina Martins Salgueiro, 1.º e 2.ª Secretários da Mesa, respetivamente.

Participaram, em conformidade com a "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia:

- Manuel Ramos Lopes (PPD/PSD)
- Vasco Prata Palha (PPD/PSD)
- José Alberto Ferreira Alves (PPD/PSD)
(Em substituição de Maria Gabriela de Viterbo Pitta Gouveia)
- Bruno Manuel Garcia Aragão Andrea Soares (PPD/PSD)
- João Guimarães Martins (CDS-PP)
(Em substituição de João Miguel Gomes de Almeida Telles Ferreira)
- Luís Miguel Ferreira Lima (CDS-PP)
- Nuno Miguel Reihnard Quartin (JONET)
- Vasco Fernando Marques Pereira (JONET)
(Em substituição de Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha)
- João Paes de Sande e Castro (JONET)
- Maria Ana de Telles Machado Morais de Barros (JONET)
- Duarte de Andrade Mendes de Abreu Loureiro (CHEGA)
- Duarte Manuel Santos Margarido Rei (CHEGA)
- Maria João Fialho Gouveia (PS)
- Diogo Maria de Espinhal Torres (PS)
- Álvaro da Costa Cabral e Gil (IL)
- Carlos Manuel do Carmo Martins Mesquita (IL)
- Ana Filipa Alfaia Marques Abraham-James (LIVRE)

Depois de declarada aberta a sessão, os trabalhos decorreram como se descreve em seguida.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Ora, muito boa noite.

Queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e todos os elementos da Junta, cumprimentar todos os elementos da Assembleia, todos os membros da Assembleia, e cumprimentar também o público presente.

Queria também dizer-vos que a nossa sessão hoje é a 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cascais e Estoril. Sendo uma sessão ordinária, está dividida em três partes: um período aberto ao público – que desde já estão abertas as inscrições, se alguém do público quer tomar a palavra e quer falar, é esta a altura ideal para se inscrever, para fazerem sinal aqui à Mesa, para nós, depois, tomarmos isso em consideração. Depois, temos o período de antes da ordem do dia, que é aberto a todos os assuntos inerentes à Freguesia de Cascais e Estoril, assim como à gestão, pelos diversos Partidos, das suas moções, propostas, votos, etc., que será gerido como entenderem, durante este período. E depois, entramos, então, no período propriamente dito da ordem do dia, que está com os nossos oito pontos para discussão e votação.

Eu vou passar a ler, para que fique registado em ata e gravado, e também solicitava a quem tomar a palavra que, na altura, se identificasse e dissesse o nome do seu Partido que representa.

“Convocatória da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Nos termos da alínea d) do art.º 14.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dando cumprimento ao disposto no art.º 11.º da mesma Lei, convoca-se para a 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril, a realizar no dia 28 de abril de 2026, pela vinte e uma horas, no Grupo Desportivo da Costa do Estoril, Rua António Costa Carvalho, 77, Alapraia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da ata da 4.ª reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 18 de dezembro de 2025;*
- 2) Aprovação da ata da reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 27 de janeiro de 2026;*
- 3) Aprovação da ata da reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 19 de fevereiro de 2026;*
- 4) Aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025;*
- 5) 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026;*
- 6) Proposta 103A/2026 – Aprovação de Protocolo de Colaboração para o apoio ao funcionamento do Centro Eng.º Álvaro de Sousa;*
- 7) Recomendação n.º 1/2026 – Proposta de criação de “zonas protegidas” para restrição da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos centros históricos e áreas envolventes às estações ferroviárias da Freguesia de Cascais e Estoril;*

8) *Informação escrita e informação financeira do Presidente da Junta.*"

A convocatória foi emitida a 17 de abril de 2026, e foi por mim assinada.

Em primeiro lugar, também queria agradecer – mas, depois, o Sr. Presidente da Junta com certeza que fará também essa menção – ao Grupo Desportivo da Costa do Estoril, por nos ter facilitado as instalações, que nos preza estar aqui presentes e descentralizar a nossa Assembleia de Freguesia, que penso – dar a minha opinião – como sendo um passo importante na aproximação e de proximidade dos eleitos com os eleitores.

Também vos queria dar nota de que, neste momento, como sabem, da nossa Assembleia fazem parte vinte e um (21) elementos. Neste momento, existe só uma falta, estão presentes vinte (20) elementos, uma falta do elemento do Chega, que é a Bruna Rodrigues Vicente.

Queria também dar-vos nota de substituições. Maria Gabriela de Viterbo Pitta Gouveia, do PSD, que está substituída por Alberto Ferreira Alves; João Miguel Gomes de Almeida Telles, do CDS-PP, que está substituído por João Guimarães Martins; Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha Andrade, do Grupo "Cascais para Viver", está substituída por Vasco Fernando Marques Pereira. E é tudo.

Portanto, vamos dar início à nossa Assembleia.

Temos uma inscrição no período de antes da ordem do dia, da D. Maria Esperança Martins, se faz favor.

--- Maria Esperança Martins (Munícipe) ---

Boa noite.

Começar por saudar a realização da Assembleia descentralizada, que muito pugnámos em anteriores mandatos para ser feita. Cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, e consigo, todos os restantes membros, Sr. Presidente da Junta e toda a Vocrção, e os eleitos na Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Colocar aqui algumas questões. Moro na Alapraia, na Rua do Poço, uma rua paralela a esta, e que, em virtude de ser uma via de acesso à autoestrada e à superfície comercial, e superfícies de *fast food*, tem um imenso trânsito. É uma rua antiga, estreita, com estacionamento do lado esquerdo e do lado direito, sem passeios, com muitos peões e sem passeios, e também imensas trotinetes, porque é uma rua que liga a Alapraia, escolas e meios de transporte, ao Baixo dos Gaios, ao Alto dos Gaios, a Atibá, etc., e como já disse, à autoestrada e às grandes superfícies comerciais.

Daí colocar esta questão, que já não é uma questão nova, mas propunha que se estudasse e levasse a cabo a colocação de redutores de velocidade. É uma rua com cerca de quinhentos metros, passadeiras de peões, não existe uma passadeira de peões, não temos ilhas de reciclagem de lixos, e tem sido sempre dito que há a questão do ordenamento do território, em termos de transportes, o sim ou não, de estudar, em que

a rua, neste momento, tem dois sentidos, e passe a ter só um sentido, ou pelo menos só um, do lado esquerdo ou do lado direito, estacionamento. Isto sobre a Rua do Poço.

Há aqui outra questão, que é a limpeza de sarjetas, em que, muitas vezes, é utilizada como passeio, mas é uma utilização estreita, normalmente em cima dos quais até estão os carros estacionados, mas até pelo estacionamento, não tem havido condições de limpeza. E, neste momento, há mais de um ano que não são limpas as sarjetas.

Depois, há uma questão aqui, também delicada: desde fevereiro do ano passado, que foi a altura das grandes intempéries, no ano passado, que a Ribeira de Bicesse não é limpa. Os canaviais estão imensos. Por exemplo, não se vê a Galiza. Dizer aqui, que muitos de vós não conhecerão, naturalmente, a Ribeira de Bicesse separa a Alapraia da Galiza, estas duas aldeolas, e é urgente.

Eu trago aqui esta questão da limpeza da ribeira porque já fiz *e-mails* para a Cascais Ambiente e para a Câmara, e não têm respondido. E o que é verdade é que há quinze meses que aquilo não é limpo.

E, de momento, é só. Cumprimentos e bom trabalho.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, D. Esperança Martins.

Não tenho mais inscrições do público. Não sei se o Sr. Presidente quer responder, ou se quer dizer alguma coisa.

--- Presidente do Executivo ---

Muito boa noite a todos.

Aproveitando que é a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia, o Presidente da Mesa não levará a mal que cumpra já algum do protocolo absolutamente necessário. Começo precisamente por cumprimentá-lo a si, Sr. Presidente, toda a Mesa, o Executivo da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, todos os membros da Assembleia de Freguesia, todo o corpo técnico, colaboradores da Junta que dão apoio à realização desta Assembleia, público aqui presente.

E uma grande saudação, uma saudação especial a quem hoje nos recebe, aos anfitriões, ao Clube Desportivo da Costa do Estoril, na pessoa do seu Presidente, Carlos Brito, também aos membros da Direção aqui presentes. Dizer que é com grande orgulho e com grande honra que realizamos a primeira reunião descentralizada do presente mandato. E podê-lo fazer numa coletividade / clube / associação como o Clube Desportivo da Costa do Estoril representa para nós muito, porque quem não conhece este clube, é uma Direção com visão, com estratégia, representa muito daquilo que são os valores da nossa freguesia. Acho que aqui se passa um bocadinho de tudo, desde um arraial, desde uma escola de música, a uma grande equipa de BTT, a uma das melhores equipas do país de *badminton*, a um dos melhores clubes também de

passeio, que são os "100 Fronteiras". E é com muita alegria que realizamos esta primeira reunião descentralizada, a primeira que queremos que seja de muitas, precisamente por dois motivos que o Sr. Presidente da Mesa referiu aqui.

O primeiro, porque é precisamente esta uma das missões da Junta, e um dos deveres da Junta de Freguesia, que é estar próximo das instituições. E depois, também é uma oportunidade única para Assembleias que tradicionalmente são sempre organizadas, ou na Junta de Cascais, ou na Junta do Estoril – se não é no Estoril, é em Cascais – nós estarmos próximos, também dar a possibilidade para que as pessoas estejam efetivamente próximas de uma Assembleia de Freguesia, que tenham a possibilidade de participar, de saber como é que elas funcionam.

E por isso, mais uma vez, ao Clube Desportivo da Costa do Estoril, não podia deixar, Sr. Presidente, sem deixar de dar esta nota muito especial de agradecimento.

Entrando especificamente sobre a intervenção, e aqui o conjunto de preocupações que a Maria Esperança Martins nos trouxe, de facto, já conhecia a Rua do Poço, tivemos a possibilidade de verificar, iremos estudar – aqui, como referiu, é uma rua que, efetivamente, do que pudemos verificar, tem uma ausência total de passeios. Vamos estudar a questão do sentido único, ou não, lombas. Este é um estudo que terá de ser realizado pela Divisão de Trânsito e Mobilidade da Câmara Municipal de Cascais, e seremos perentórios e imediatos neste pedido junto da Divisão da Câmara Municipal de Cascais.

Limpeza de sarjetas, ia pedir à Maria Esperança Martins, não ficou claro para nós exatamente quais são as localidades que quis identificar, relativamente à ausência de limpeza de sarjetas. Mas, também dar-lhe nota de que todo o nosso procedimento, por norma é realizado em duas épocas muito especiais do ano, sendo que uma delas será já no próximo mês, no mês de maio – porque é assim que a nível de calendarização, e do ponto de vista técnico, procuramos sempre fazer, entre a primavera e o verão, e, neste caso, entre o outono e o inverno, onde, por norma, esta programação de limpeza de sarjetas é realizada.

A Ribeira de Bicesse, e relativamente à sua limpeza, dar apenas este alerta, fica difícil compreender para o cidadão, que não detém conhecimentos técnicos na área ambiental. Uma vez visitava a ribeira que passa junto ao Parque Urbano da Quinta da Carreira, e um dos residentes, ali próximo, dizia-me: "Esta ribeira, de facto, está bastante suja, para quem olha não apresenta condições dignas." E depois, explicado do ponto de vista técnico, por A + B, era uma ribeira que, apesar de à vista de todos não ser limpa, ela não tinha qualquer odor; tinha, de facto, alguma biodiversidade, no que toca a ramos, no que toca a zonas verdes que vão crescendo, e que muitas das vezes, numa ribeira, pode servir como algo natural existente nessa mesma ribeira. As ribeiras não têm de ser clarinhas de água, tudo limpinho, tudo claro; uma ribeira quer-se com a natureza que dali advém, naturalmente.

Mas, remeteremos a questão, do ponto de vista técnico, à Cascais Ambiente, e reforçar, efetivamente, aquilo que nos reforçou aqui, que já enviou um conjunto de *e-mails*. E por isso, também faremos esse trabalho, em nome da Junta de Freguesia, e levando, assim, aquela que é a sua preocupação.

Por isso, Sr. Presidente, penso que respondi às questões do público.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos passar, então, ao **Período de antes da ordem do dia**.

Queria dar-vos nota de que a Mesa recebeu, e já transmitiu a todos os membros da Assembleia, o PS apresentou um voto de pesar pelo Prof. Carlos da Costa Salema, e apresentou também uma proposta de atribuição de toponímia, em nome de Maria da Graça Correia de Oliveira. Tenho também uma moção apresentada pelo Grupo de Lista “Cascais para Viver”, também sobre a atribuição de toponímia em homenagem a António Lobo Antunes. Tenho também uma moção apresentada pelo PSD, e tenho um voto de condenação apresentado pelo Partido Chega.

Agora, durante este período de antes da ordem do dia, podem perfeitamente apresentar o vosso parecer e pôr à discussão. E está aberta a inscrição para quem quiser tomar a palavra no período de antes da ordem do dia.

Nuno Quartin, do Grupo “JONET – Cascais para Viver”.

--- Nuno Quartin (JONET) ---

Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia:

Gostaria de começar por destacar uma opção que consideramos muito positiva, a realização desta Assembleia em diferentes pontos da freguesia, como acontece hoje. Levar a Assembleia a espaços como este, a um grupo desportivo e cultural – pelos vistos, cultural também, porque existe uma parte da música – contribui para uma maior proximidade às comunidades, promove a participação e reforça o sentimento de pertença. Parece-nos um caminho relevante para aproximar as instituições das pessoas, e por isso, registamos essa iniciativa como um contributo importante para a vida da freguesia.

Por outro lado, e de forma igualmente institucional, importa também reconhecer quando os canais de comunicação entre eleitos funcionam de forma eficaz. Tem sido possível, ao longo do tempo, encaminhar diferentes situações concretas da população e verificar que, em muitos desses casos, houve capacidade de resposta e acompanhamento por parte da Junta. Mais do que um reconhecimento pessoal, trata-se de valorizar um princípio que consideramos essencial, quando há abertura ao diálogo e capacidade de resposta, quem ganha são os cidadãos. É esse o espírito que entendemos que deve continuar a orientar o trabalho de todos nesta Assembleia.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Nuno Quartin. Dou a palavra a Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista.

--- Maria João Gouveia (PS) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Junta, restante Executivo, caros colegas aqui presentes, Junta, e também o público aqui presente.

Muito obrigada por nos receberem nesta casa.

Eu vou começar por apresentar um voto de pesar, do Partido Socialista, pelo Prof. Carlos da Costa Salema, e pedido de atribuição de um topónimo em sua homenagem.

"Nascido em Ponta Delgada, em 1942, em plena guerra mundial, Carlos Eduardo Rego da Costa Salema veio viver para o Estoril ainda muito jovem. Aqui fez os primeiros estudos, aqui casou e aqui manteve casa até à sua morte.

O Prof. Carlos Eduardo Rego da Costa Salema tornou-se especialista em engenharia eletrotécnica e telecomunicações. Cientista de relevo, estudou em Portugal e doutorou-se em ciências da engenharia pela Universidade de Londres. Alcançou lugares de destaque, como os de professor emérito do Instituto Superior Técnico e membro da Academia de Ciências de Lisboa, que se somaram a outros títulos. Publicou livros e ensaios, que são estudados em conceituadas instituições, como o MIT. Foi ainda agraciado com diversos galardões, tais como a Medalha de Mérito Científico, em 2021, a elevação ao grau Doutor Honoris Causa, pelo ISCTE, em 2025, e já neste ano, a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública.

A genialidade e a grandeza dos seus feitos científicos contrastavam com a simplicidade do seu trato, a sua simpatia para com todos e os sorrisos que distribuía a quem consigo se cruzasse.

O Partido Socialista vem propor que a Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril homenageie este filho da terra, fazendo aprovar um voto de pesar em sua memória, respeitando um minuto de silêncio e fazendo chegar a informação do mesmo à família, e a atribuição de um topónimo no concelho, em tributo a este talento de Cascais que tanto se destacou na área das telecomunicações, honrando a nossa freguesia e levando mais longe o nome de Cascais e Estoril."

Aproveitava, entretanto, para fazer umas intervenções sobre a segurança e uma ameaça à saúde pública que se está a verificar em S. João do Estoril. Um grupo de três ou quatro pessoas que costumam passear na Quinta da Carreira, e que são sem-abrigo, mas não querem estar institucionalizados, dormem debaixo de umas varandas, nas quais estão permanentemente agulhas e seringas espalhadas, à mão das crianças.

E portanto, vinha perceber o que é que pode ser feito. Naturalmente, as pessoas não querem ser institucionalizadas, não podem ser compulsivamente, mas pedir ao Executivo que estude a possibilidade de intervir neste caso, e da melhor maneira, com as instituições que possam apoiar neste sentido.

Outro tema que aqui trago é das armadilhas ecológicas para vespas asiáticas, que estão realmente a invadir a nossa freguesia. Tive hoje o cuidado de falar com a Câmara da Mealhada, onde implementaram um método de colocação de armadilhas ecológicas nas árvores, que atraem e que matam as vespas asiáticas. Ainda aguardo resposta deles para me explicarem exatamente qual é o método. Mas, de qualquer forma, terei todo o gosto em facultar aos presentes a resposta que obtiver. Penso que é importante, é um perigo também para a saúde pública, e também para o sistema ecológico, uma vez que elas matam os polinizadores, como as abelhas.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria João, do Partido Socialista. Dou a palavra a Filipa Marques, do Partido Livre.

--- Filipa Abraham-James (Livre) ---

Boa noite a todos. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, Executivo, funcionários da Junta, caros membros da Assembleia, público em geral.

Gostaria de iniciar esta intervenção saudando todos os presentes, e reafirmo a importância deste espaço de debate democrático, agora, hoje, aqui no Estoril, no mês de abril, onde vemos a importância deste espaço de debate onde devemos trazer as preocupações concretas das pessoas que vivem e trabalham na nossa freguesia.

Trago hoje duas questões, que requerem alguma resposta estruturada e consistente por parte do Executivo.

A primeira prende-se com o estacionamento na zona do mercado, na Rua Padre Moisés da Silva, no acesso ao Outeiro das Vinhas, em particular em dia de mercado. Apesar de haver uma linha amarela no pavimento, os carros estacionam na faixa de rodagem, estrangulando para uma via aquilo que são duas vias de trânsito. E há muito pouca visibilidade, não há um passeio, torna-se uma situação muito complicada para peões.

A segunda questão diz respeito à escassez de percursos pedonais contínuos em Cascais e Estoril. E quando falo em continuidade, falo em passeios que permitem uma circulação segura, confortável e acessível, sem interrupções ou obstáculos. A freguesia é frequentemente marcada por passeios estreitos, ocupados por postes ou por vias onde os limites de velocidade não são respeitados, colocando os peões em risco. E esta fragmentação de percursos pedonais penaliza especialmente pessoas com mobilidade reduzida, idosos, crianças, e todos aqueles que optam por se deslocar a pé.

Uma das razões principais para esta fragmentação reporta-se ao estado caótico de muitos postes de telecomunicações na nossa freguesia, literalmente no meio de passeios, em frente a passadeiras, frequentemente sobrecarregados com cabos expostos, desorganizados, e em alguns casos, claramente abandonados.

Esta realidade transmite uma imagem de desleixo e de falta de planeamento, que é incompatível com a imagem que nós queremos para Cascais e Estoril.

Para além do impacto visual negativo, esses cabos representam também um risco potencial para a segurança – e basta ver que muitos caíram durante a tempestade de inverno.

É fundamental exigir – eu sei que estes postes não são responsabilidade da Junta, mas a Junta tem, de alguma forma, de pressionar as entidades responsáveis para uma intervenção coordenada, que passe pela remoção de cabos obsoletos, a organização das infraestruturas existentes e, sempre que possível, uma progressiva substituição por soluções mais integradas. Nós vemos nos bairros mais tradicionais, de Cobre, Birre, Alvide, vemos postes cheios de cabos, e muitos deles pendentes, e aquilo, de facto, nem é seguro, nem cria uma boa imagem, que nós queremos, de Cascais.

Por fim, importa sublinhar que estas duas questões estão interligadas pelo mesmo princípio, a necessidade de devolver o espaço público às pessoas, garantindo condições de segurança, acessibilidade e qualidade urbana. Cascais tem todas as condições para ser uma vila mais caminhável e organizada, o mesmo se passa com o Estoril, mas isso exige planeamento, fiscalização e uma visão clara sobre o espaço público.

Acrescento também, relativamente à vespa asiática, subscrevo totalmente, é muito importante. Para além do risco que o próprio inseto cria, é um predador das abelhas, vai prejudicar a polinização, e há uma série de armadilhas que não discriminam entre abelhas e vespas asiáticas. Portanto, têm de ser uns equipamentos especializados. E elas estão cá em Cascais, eu vejo na zona onde eu moro, e há bastantes.

Por último, só para dar uma ajuda em relação à vegetação nas ribeiras, de facto, a vegetação ripícola e as galerias ripícolas das ribeiras, é importante haver vegetação, atrasa a chegada da água e das ribeiras às zonas mais a jusante. Portanto, é importante haver vegetação nas ribeiras, essa vegetação tem de ser cuidada e adequada, mas, muitas vezes pensamos que a ribeira está descuidada porque tem muita vegetação, mas muitas dessas vezes essa vegetação é adequada e fundamental.

Portanto, caso a caso, e os técnicos lá saberão.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Filipa Marques, do Partido Livre. Vou dar a palavra a Vasco Palha, do PPD/PSD.

--- Vasco Palha (PSD) ---

Sr. Presidente da Mesa, em si cumprimento a restante Mesa, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, cumprimentar também o restante Executivo, caras e caros deputados e deputadas, caro público aqui presente.

Não queria deixar de agradecer ao Clube Desportivo da Costa do Estoril, e em nome também do Sr. Presidente – que o Sr. Presidente da Junta também já o fez – por receber aqui a nossa Assembleia descentralizada neste espaço, neste que é um papel muito importante que a própria Junta de Freguesia vai fazendo com estas Assembleias descentralizadas. E acho que não há local melhor para começarmos que não aqui, no Clube Desportivo da Costa do Estoril.

E portanto, dada esta nota, passo a apresentar a moção sobre o 25 de abril, apresentada pelo Grupo de Lista do PSD.

“Sras. e Srs. Deputados:

O 25 de abril não é apenas uma data; é um ponto de rutura, é um momento fundador, e é o dia em que Portugal decidiu mudar de rumo. E mais do que isso, o 25 de abril é um compromisso – um compromisso com a liberdade, um compromisso com a democracia e um compromisso com a dignidade do cidadão.

Hoje, quando invocamos abril, não estamos apenas a olhar para o passado; estamos sobretudo a medir o presente e a assumir responsabilidade pelo futuro, porque a liberdade que hoje temos – a liberdade de falar, de discordar, de votar, de participar – não surgiu por acaso; foi conquistada, foi construída, e continua a ter de ser defendida todos os dias.

E é precisamente aqui que importa dizer com clareza: abril não pertence a ninguém em exclusivo; abril é de todos, todos, todos. É dos militares que tiveram a coragem de agir, é dos civis, que resistiram durante décadas a uma ditadura, é de todos aqueles que em diferentes momentos contribuíram para construir uma democracia plural, aberta e imperfeita, mas nossa. E, também hoje, de todos nós, de quem aqui está, de quem nos ouve, de quem participa, de quem critica, de quem exige mais e melhor. Porque a democracia não é um dado adquirido, não é estática, não é garantida; a democracia constrói-se no debate, no confronto de ideias, na capacidade de ouvir quem pensa diferente. Constrói-se com responsabilidade, com seriedade e com sentido de missão. E constrói-se sobretudo quando somos capazes de transformar princípios em ações concretas, quando aquilo que dizemos sobre liberdade, igualdade e justiça se traduz em decisões reais, que melhoram a vida das pessoas.

E num tempo em que o espaço público se torna, por vezes, mais tenso, polarizado, simplificado, importa regressar ao essencial. E o essencial é isto: a democracia vive da pluralidade, não da imposição, vive do respeito, não da desvalorização do outro, vive da responsabilidade, não do ruído.

E esse é o verdadeiro espírito do 25 de abril. É esse o espírito que deve orientar o trabalho de todos nós nesta Assembleia, não apenas hoje, mas todos os dias, porque honrar abril não é apenas recordá-lo; é praticá-lo."

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Vasco Palha, do PSD. Dou a palavra a Vasco Pereira, do JONET, Grupo "Cascais para Viver".

--- Vasco Pereira (JONET) ---

Ora, boa noite a todos, Sr. Presidente da Mesa, secretários, Sr. Presidente da Junta, respetivo Executivo, caros colegas, munícipes presentes.

Parabenizar o nosso Presidente aqui da associação, um amigo de longa data, que já não via há algum tempo, ali o amigo Nuno também. Parabéns por nos receberem.

Tenho uma nota de pesar.

"O Grupo "JONET – Cascais para Viver" manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Dr. António Lobo Antunes, uma das marcantes figuras da literatura portuguesa contemporânea.

Médico de formação, escritor de excelência, António Lobo Antunes construiu uma obra literária de enorme relevância, amplamente reconhecida a nível nacional e internacional. Através dos seus livros, deu voz a diferentes gerações e realidades, contribuindo de forma ímpar para a projeção da cultura portuguesa no mundo.

A sua escrita exigente e profundamente humana ficará como um legado duradouro, continuando a inspirar leitores e autores, e a enriquecer o património cultural do país.

Como forma de homenagem duradoura à sua memória e ao seu legado, o Grupo "JONET – Cascais para Viver" faz como proposta de recomendação que seja atribuído o nome do Dr. António Lobo Antunes ao novo estabelecimento de ensino na Freguesia de Cascais, a Escola Secundária de Cascais, perpetuando assim o seu exemplo junto das gerações mais jovens e reconhecendo publicamente o seu inestimável contributo ao país."

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Vasco Pereira, do "JONET – Cascais para Viver". Dou a palavra a Luís Miguel Lima, do CDS.

--- Luís Miguel Lima (CDS-PP) ---

Cumprimentar o Sr. Presidente, a Mesa, o Executivo da Junta de Freguesia, na pessoa do Presidente Francisco Kreye, caros colegas e público presente.

É um gosto vê-la novamente, e tê-la aqui também neste púlpito, bem-vinda.

É sempre com agrado que nos deslocamos de Cascais e do Estoril, dos nossos edifícios sede, e estamos aqui em locais tão nobres e tão importantes para a nossa sociedade. As minhas filhas sobem esta escada para terem música lá em cima, e este é um espaço que eu reconheço, e de que gosto muito.

Relativamente aqui à minha exposição, em termos da Bancada do CDS-PP, eu gostaria de fazer um reconhecimento ao Executivo da Junta de Freguesia.

A União de Freguesias de Cascais e Estoril foi severamente fustigada – como já tivemos oportunidade de falar – pelas condições meteorológicas adversas, durante os meses de janeiro e fevereiro passados. As fortes intempéries que assolaram o nosso território provocaram danos visíveis no espaço público, desde a queda de árvores, danos em infraestruturas rodoviárias, até destruição de mobiliário urbano, colocando em causa a segurança e a mobilidade dos nossos munícipes e fregueses.

Perante este cenário de emergência, importa destacar e louvar a prontidão, o brio e a eficácia da resposta operacional, a intervenção das equipas de manutenção, dos serviços de Proteção Civil e da higiene urbana, que aqui foi determinante para que a normalidade fosse reposta num espaço de tempo *record* e extremamente aceitável. A rapidez com que os estragos foram reparados não é apenas uma questão estética e funcional; é um reflexo da gestão pública responsável, que coloca o bem-estar dos cidadãos e a segurança da nossa comunidade no topo das nossas prioridades.

Este esforço conjunto, muitas vezes realizado sob condições climatéricas também elas difíceis, na altura, e também com muita dedicação, em termos de tempo, do Executivo, e também dos funcionários da Junta, que demonstraram um profissionalismo em toda a linha.

Quando as instituições respondem com esta celeridade aos problemas reais das pessoas, reforça-se a confiança dos cidadãos naqueles que os representam e em que eles votaram.

Merece aqui um especial destaque a operação de pavimentação e colocação de betuminoso nas vias de circulação mais afetadas. Mais do que uma simples reparação, esta intervenção célere da Junta de Freguesia garantiu a segurança de condutores e peões, prevenindo acidentes e evitando a degradação prolongada das nossas estradas, que são as artérias vitais da economia e do cotidiano das nossas famílias.

Aqui destaco algumas vias – houve muitas mais, mas, em Cascais, a Rua Paulo da Gama, a Rua das Caravelas, no Monte Estoril, a Avenida de Itália, no Estoril, a Avenida dos Bombeiros Voluntários, a Avenida

Fausto Figueiredo, em S. João, a Mariano Cirilo Carvalho, a Alexandre Herculano, e em S. Pedro, a Rua D. Afonso de Albuquerque e Rua Sacadura Cabral, entre muitas outras.

Assim, é de saudar e louvar todos os trabalhadores e equipas operacionais que estiveram envolvidos nas operações de limpeza, reparação e requalificação do espaço público.

Aqui, também em termos da calçada, neste momento não sei se está dentro da esfera da freguesia, e se a freguesia também teve essa responsabilidade, e posso dizer que, ainda na semana passada, tive a oportunidade de ver equipas em locais a repararem as calçadas.

Mas, não é só de louvores que a política vive. Nós também vimos aqui fazer alguns alertas. Ou seja, nós passámos o inverno, fizemos a reparação, estamos a entrar no verão, e convém chamar a atenção aqui para a época balnear. A época balnear está aqui à porta, e como é reconhecido, as nossas praias, quer de Cascais, quer do Estoril, são um grande ativo ambiental, social e económico para a nossa freguesia.

Com a aproximação da época balnear, o nosso concelho prepara-se para receber milhares de residentes e turistas que esperam encontrar uma orla costeira com os padrões de excelência que sempre nos distinguiram.

Contudo, a realidade atual do terreno – não sei se já tiveram oportunidade de reparar – é motivo de preocupação. E após as intempéries do início do ano, verifica-se que a reposição das areias ainda não está concluída, em alguns sítios ainda não iniciou, apresentando as praias níveis de areal insuficientes para garantir o conforto e segurança dos banhistas, bem como a viabilidade dos apoios de praia, em algumas praias.

A colocação das ilhas ecológicas e equipamentos de recolha de lixo em algumas praias é inexistente ou insuficiente para o número de pessoas que virá a receber, o que, perante o aumento do fluxo de pessoas, coloca em risco a saúde pública.

E há também – eu não lhe quero chamar mobiliário urbano, que foi colocado para proteger as pessoas, para não permitir o acesso às praias, e que em algumas praias ainda se mantém, não sei com que intuito, se é prevenir alguma segurança, só que de segurança, vejo muito pouco, porque as pessoas estão a transpor essas barreiras. Ou seja, se as barreiras não deveriam lá estar, têm de ser retiradas. E aqui, falo da Praia do Tamariz, mesmo à saída do túnel, em que até inviabiliza o acesso de pessoas de mobilidade reduzida. Convém ter essa atenção.

Depois, também nos acessos às praias, os túneis, nós já falámos no passado, eu sei que isto não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, mas aquilo que nós aqui pedimos, enquanto Bancada do CDS-PP, é para, junto das entidades competentes, sejam elas a autarquia, seja a APA, tentarem influenciar positivamente na resolução destas situações. Já no ano passado havia buracos em túneis, onde crianças conseguem entrar – ou seja, crianças com cinco anos conseguem entrar dentro desses buracos – não se

consegue perceber qual é o fim, ou seja, quantos metros é que esse buraco tem, mas a verdade é que eles ainda lá estão, e convém reparar essa situação.

Aqui, então, apelamos a vocês, ao Sr. Presidente e ao demais Executivo, que interpelem junto da Câmara Municipal e da APA, exatamente para acelerar o processo de reposição das areias, instalar com urgência as ilhas ecológicas e sistemas de deposição de resíduos, e reforçar a sinalética e a manutenção dos equipamentos de praia, sabendo sempre que a excelência das nossas praias vai ter uma influência, não só nos nossos fregueses, mas também no comércio local. Daí, se houver essa possibilidade, ficávamos muito agradecidos.

Relativamente às moções que são aqui apresentadas, relativamente ao voto de condenação, apesar de ainda não ter sido apresentado, eu vou-me já pronunciar, porque já tive oportunidade de o ler. Naturalmente, o CDS-PP, sendo uma das forças políticas presentes, e em que muitos militantes do nosso Partido aí estiveram, nós repudiamos vivamente todo aquele ato, para nós de terror, terrorista, em que foi uma tentativa deliberada para espalhar o pânico e silenciar vozes através da violência. É um crime intolerável contra a segurança de todos nós e contra os valores fundamentais que nos definem como povo livre.

E fazendo também a passagem aqui para a moção apresentada pelo PSD, é justo e necessário saudar a pronta intervenção da Polícia de Segurança Pública, o seu brio e rapidez foram realmente muito importantes neste momento.

Fica aqui também a nossa chamada de atenção para que os média deem o devido destaque a estas situações, pressionando agora para o apuramento de responsabilidades, de forma profissional, e que não olhem para agendas políticas.

Assim, naturalmente, o CDS votará a favor do voto de condenação apresentado.

Relativamente à moção apresentada pelo PSD, eu julgo que será uma moção de reflexão política, será esse o carácter da mesma. Nós aqui, em termos da nossa Bancada, aquilo que nós gostamos de referir é que, naturalmente, o 25 de abril é extremamente importante, foi uma data importante, e que nós a devemos saudar. A democracia portuguesa não é propriedade – como vocês bem dizem – de uma ideologia, nem se esgota nas comemorações de uma única data, na nossa opinião. Ou seja, se o 25 de abril de 1974 nos trouxe a promessa de liberdade, foi o 25 de novembro de 1975 que garantiu a sua concretização, salvando Portugal de uma deriva totalitária e assegurando um modelo de democracia representativa, pluralista e de matriz ocidental, em que hoje vivemos.

Como democratas cristãos, acreditamos que a democracia se constrói com o contributo de todos, desde a direita à esquerda, mas sempre sob o compromisso inabalável com o Estado de Direito, os direitos humanos e o respeito pela iniciativa individual.

Nesta Assembleia, o pluralismo não é apenas um direito; é o garante de que nenhuma visão se impõe sobre as outras. O populismo e a radicalização combatem-se com a verdade dos factos e com uma cultura de diálogo que não abdica de valores. Honrar o espírito de liberdade é, acima de tudo, reforçar a confiança nas instituições e garantir que Portugal continua a ser um país de ordem, liberdade e justiça social.

E dessa forma, a Bancada do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril concorda com os pontos de reflexão propostos pela vossa moção.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Miguel Lima, do CDS. Vou dar a palavra a Maria Ana Morais de Barros, do “JONET – Cascais para Viver”.

--- Maria Ana Barros (JONET) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, caros secretários, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, caros Vereadores, público presente, caros colegas.

Nós vimos alterar o nosso voto de pesar para uma moção de homenagem a António Lobo Antunes.

A presente moção surge da convicção de que a identidade de um território se constrói, não apenas através dos seus espaços físicos, mas também pela memória, pelas histórias e pelas pessoas que lhe deram significado.

Homenagear António Lobo Antunes, através da atribuição de um topónimo na área do Monte Estoril, é, acima de tudo, um gesto de reconhecimento público de uma figura maior da cultura portuguesa, cuja obra ultrapassou fronteiras e marcou profundamente várias gerações de leitores.

Mas, esta proposta não assenta apenas na dimensão universal do escritor; assenta também numa ligação real, vívida e afetiva ao território de Cascais e Estoril. É essa a dimensão, simultaneamente íntima e coletiva, que reforça o sentido desta homenagem e a torna particularmente justa no contexto desta freguesia.

A toponímia, enquanto instrumento de memória, deve refletir não só feitos históricos, mas também percursos de vida que contribuíram para a construção da identidade cultural e simbólica das comunidades. Ao inscrever o nome de António Lobo Antunes no espaço público, estamos a perpetuar essa ligação e a aproximar as gerações futuras de uma referência maior da literatura portuguesa.

Neste contexto, e com o propósito de enriquecer esta proposta com um testemunho direto e pessoal, solicitámos à sua filha um breve texto sobre a relação do escritor com o território. As palavras que se seguem, escritas por quem com ele partilhou a vida, acrescentam uma dimensão humana e afetiva que reforça a pertinência desta moção.

Testemunho de Isabel Lobo Antunes, filha do escritor:

“O meu pai viveu muitos anos no Monte Estoril, e também em Alcoitão. A minha mãe, a segunda mulher do meu pai, Maria João Bustorff, é do Estoril desde sempre, onde continua a viver. Eu e os meus dois filhos, os netos mais novos do meu pai, também vivemos no Estoril, pelo que a família permanece, em parte, ligada à freguesia e concelho.

Consegui apurar que o meu pai viveu no Monte Estoril no final dos anos setenta, e mais tarde, em Alcoitão, entre 1981 e 1991. Neste período, recebeu em casa, no Estoril, várias pessoas das letras, vindas de diferentes partes do mundo, que ali passavam temporadas. Gostava genuinamente de as acolher. Entre elas estiveram Dinis Machado, o poeta romeno Dinu Flmand, o editor americano Tom Kochy, e o tradutor Greg Rabassa, que também passaram temporadas em Alcoitão.

Era um hábito especial irmos aos gelados do Santini, que durante muitos anos foram exclusivos de Cascais. Ao longo de grande parte da minha vida, acompanhei semanalmente o meu pai às visitas à livraria da ???, onde passava horas a explorar caixotes de livros em segunda mão, que a ??? separava especialmente para ele. Foi ali que encontrou várias joias literárias e primeiras edições.”

Com isto acaba a carta da Isabel Lobo Antunes.

O Vasco, há bocado, teve a oportunidade de dizer, porque foi uma ideia já depois desta moção de reconhecimento e de homenagem a António Lobo Antunes, se não conseguirmos aqui a parte da toponímia numa rua, algo ligado ao Monte Estoril, a ideia de António Lobo Antunes ligado à cultura, às artes, à escrita, que é tão importante inculcar nos jovens, hoje em dia, com a falta que eles têm de interesse pela língua portuguesa, se calhar atribuir à escola, de facto, à nova escola, que vamos ter tanta sorte de poder conseguir, finalmente, ter a nova poli em Cascais, e que seria um belo gesto, homenageá-la com António Lobo Antunes.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria Ana Morais de Barros, do “Cascais para Viver”. Dou a palavra a Maria João Fialho Gouveia, do PS.

--- Maria João Gouveia (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Em si, cumprimento todos os presentes, novamente.

Nós saudamos, naturalmente, a moção do 25 de abril. Eu tenho a honra de ser filha do homem que anunciou a liberdade na televisão, lembro-me muitíssimo bem desse dia, foi um dia de nervos, porque eu tinha doze anos, e nós não sabíamos o que é que ia acontecer, houve muitos golpes falhados, e o meu pai estava num

sítio com metralhadoras à volta. Falharam as telecomunicações, foram cortadas. E portanto, foi um dia de nervos. Mas, no fim, foi um dia de grande alegria, e em que se sentiu que nos soltaram a respiração, conseguimos respirar fundo – eu não sei explicar melhor, porque foi a sensação que tivemos.

Saúdo este texto, muito bem feito, muito democrático. Pedia apenas, se fosse possível, chamo a atenção só para um pequeno – que não foi com certeza essa a intenção, quando diz que a democracia, por si só, não nasceu apenas com o 25 de abril, eu pergunto se não há possibilidade de fazer um pequenino acerto aqui, e dizer que é um facto incontestável que a democracia nasceu com o 25 de abril, como também é incontestável que a democracia não pertence apenas a um Partido, a uma visão ideológica ou a um espectro político. E de resto, tudo igual, é só uma pequena alteração, se assim entenderem. É um preciosismo, de facto, mas fico mais descansada assim, se o aceitarem.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado. Duarte Rei, do Partido Chega.

--- Duarte Rei (Chega) ---

Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente, e na sua pessoa, cumprimentar o Executivo, caros membros da Mesa, caros membros desta Assembleia de Freguesia e a todos que nos assistem.

A moção que vamos apresentar hoje é relativa ao atentado que aconteceu no passado dia 21 de março, na Marcha pela Vida. Acho que este atentado é do conhecimento de todos, em que um indivíduo lançou, de facto, um *cocktail molotov* para manifestantes que se manifestavam pacificamente em Lisboa.

Porque é que este atentado aconteceu? Porque, tal como o Sr. Deputado Vasco Palha disse, vivemos atualmente numa sociedade extremamente polarizada. E é de dar um pequeno detalhe, que especialmente as instituições onde Nélon Vassalo, cometedor de tal ato, essas instituições, também para além de estarem muito controladas pela esquerda, ou pela chamada extrema esquerda, apesar de não ser ideológico, é de notar que essas próprias instituições fazem ver as pessoas do outro lado da barricada como inimigos, e não como rivais.

Uma sociedade onde o debate não é feito, e os rivais são inimigos, é uma sociedade em que este tipo de comportamentos se possa tornar razoável para os outros, que simplesmente não gostam, e veem os outros como inimigos.

Que isto tenha sido um apelo para haver debate, para haver discordância, mas, acima de tudo, para haver respeito.

E apelo ainda a esta Assembleia de Freguesia, que possa ser este um local onde discordar não é algo negativo, mas, acima de tudo, discordar possa ser parte do serviço que temos para com a população de Cascais e Estoril.

Gostava só de dar aqui um pequeno detalhe: nós trazemos também esta moção aqui, para esta Assembleia, porque o Partido Socialista se absteve na Assembleia Municipal. Era só para perceber se foi algum tipo de lapso, ou se, de facto, o Partido Socialista não considera o acontecido um ato terrorista.

Mas, proponho, assim, um voto de condenação a este ato bárbaro, e que seja considerado um ato terrorista, e para manifestar solidariedade com todas as vítimas do ataque, bem como os participantes que viram a sua liberdade e segurança ameaçadas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Duarte Rei, do Partido Chega. Dou a palavra a Bruno Soares, do PPD/PSD.

--- Bruno Soares (PSD) ---

Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, Sr. Presidente da Junta, restantes membros do Executivo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. do público aqui presentes.

Uma Junta de Freguesia viva é uma Junta de Freguesia que honra a sua história através da memória viva, nomeadamente através da toponímia. Sendo uma das suas competências legais, é também uma competência moral.

No Monte Estoril, a minha terra, foi homenageado, numa praça que já era sua, um dos maiores nomes do teatro nacional e uma das mais ilustres figuras que já passou pela nossa freguesia, o mestre Carlos Avilez.

Na Aldeia de Juso foi homenageado Vítor Neves, um grande homem que passou largos anos nesta Assembleia, que deu muito da sua vida aos bombeiros de Cascais e ao Grupo Desportivo Estoril Praia. E portanto, foi e continuará a ser uma figura incontornável no tecido associativo da nossa terra.

E numa das zonas mais nevrálgicas de Cascais, entre a Avenida Infante D. Henrique e a Avenida 25 de Abril, homenageado o Eng.º José Oliveira, um dos arquitetos mais influentes no desenho de Cascais moderno.

A Junta de Freguesia de Cascais reconhece quem fez a diferença na nossa comunidade, e mais do que isso, também reconhece o papel importantíssimo de apoiar quem poderá vir a fazer a diferença. Apoiar o papel do desenvolvimento saudável das crianças, através da descoberta do brincar, da despreocupação que uma criança tem de ter.

Também por isso, requalificámos o parque infantil do Bairro da Caixa, há muito esquecido, com uma premissa principal, a de que, na nossa freguesia, todos devem ter igual oportunidade para crescer, ter sucesso e marcar positivamente a sua comunidade. E também o fizemos com uma ação de requalificação das pracetas envolventes, por percebermos que não podemos entregar um sítio de encontro sem estradas, por percebermos que toda a nossa ação política está interligada.

Esta é a Junta de Freguesia do futuro, que em seis meses de mandato tem marcado tão positivamente a nossa comunidade. A aprovação vê-se nas ruas, um pouco por toda a parte. Ninguém é deixado para trás, ninguém é esquecido, e assim continuará.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Bruno Soares, do PSD. Dou a palavra a Diogo Torres, do Partido Socialista.

--- Diogo Torres (PS) ---

Sr. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Presidente, quero cumprimentar os membros da Mesa, o Sr. Presidente da Freguesia, o Executivo, todos os nossos colegas e o público.

Antes de mais, saudar estarmos aqui, num sítio que não é da Junta, da Câmara, esta oportunidade de estarmos com os nossos concidadãos, que eu acho que é uma coisa muito importante.

Depois, também quero deixar aqui uma nota de preocupação de algo que foi mencionado pelo Sr. Deputado do CDS, que tem a ver com a intempérie que afetou o nosso país, e que me preocupa também o facto de ainda existirem muitas árvores derrubadas, e nós estarmos a entrar no verão, que é pautado por incêndios. E termos árvores derrubadas em terrenos da Junta e da Câmara assusta-me, porque é atilho para fogo, e parece-me que é preciso dar prioridade à limpeza destas matas e terrenos.

Depois, queria também apresentar uma proposta de atribuição de toponímia em homenagem a Maria da Graça Correia de Oliveira. Maria da Graça Correia de Oliveira foi uma educadora de infância que marcou a história de Cascais, por ter fundado vários colégios, nomeadamente o Colégio Cachabiu, o Saint George's School, o Saint John's School, e o Saint James Primary School, escolas que pautaram a vida de muitos alunos ao longo dos anos, e acho que é do mais devido homenagear a Prof.^a Maria da Graça Correia de Oliveira.

E considerando que a toponímia, tal como foi mencionado na proposta para o Dr. António Lobo Antunes, a toponímia é um instrumento fundamental para preservar a memória coletiva, também quer o Partido Socialista pedir que a Assembleia de Freguesia delibere propor à Câmara Municipal a atribuição do nome Maria da Graça Correia de Oliveira a uma rua, praceta ou outro espaço público situado na área do concelho, reconhecer publicamente o seu contributo excecional para a educação e para o desenvolvimento da

comunidade, e determinar que a presente deliberação seja comunicada às entidades competentes, à família da homenageada, e remetida à Câmara Municipal de Cascais.

Depois, queria também fazer uma última nota, e isto é uma interpelação à Mesa, dado o teor da moção do Chega, que eu queria perceber até que ponto é que esta matéria é uma matéria que engloba e que está prevista na competência da Assembleia de Freguesia, dado que não é um acontecimento da nossa freguesia, não envolveu os nossos fregueses. Portanto, até que ponto é que nós podemos, ou não, votar esta moção? E pedia à Mesa que se pronunciasse sobre este tema.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Diogo Torres, do Partido Socialista.

Eu respondo já, é perfeitamente aceitável, desde que a Assembleia não se oponha. Se a Assembleia se opuser...

Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega.

--- Duarte Loureiro (Chega) ---

Boa noite a todos. Queria cumprimentar, em primeiro lugar, a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, todos os eleitos, e os fregueses que temos todos a honra de servir.

Vou só começar com uma nota breve, e depois faço a mais alongada.

Em primeiro lugar, fico muito contente com esta ação descentralizadora, porque acho que é importante estarmos o mais perto possível dos fregueses.

Faço já a devida resposta quanto à Marcha pela Vida, tendo pelo menos um freguês que estava lá, que é aquele que está aqui presente, a falar neste momento – por isso, pelo menos um freguês estava presente. Por acaso, não foi a PSP – não sei qual será a expressão mais técnica ou formal, peço desculpa – que deu um arraial de pancada ao rapaz que fez isto, não foi a PSP, foi uma pessoa que eu conheço e que estava lá – porque eu também estava lá, vi tudo a acontecer. Pelo menos havia um freguês que estava lá e que viu o quão grotesco foi o ato. E pronto, deixo a nota que tinha a dizer, quanto à Marcha pela Vida, aqui dita.

A nota que queria aqui vir trazer é quanto à moção, ou proposta de reflexão do PSD quanto ao 25 de abril, para a qual o Partido Chega tenciona votar contra.

O 25 de abril é responsável por duas coisas, que eu vou agora enumerar, ou duas áreas de coisas que eu agora vou enumerar, que são a razão pela qual nós somos contra esta moção, ou nota de reflexão.

O 25 de abril representa, perante aquilo que é maior do que todos nós, a equiparação do bom e do mau, do certo e do errado, de acharmos por bem mentir e esconder a verdade para poupar os sentimentos de uns, fazer normal gritar pelos direitos, escondendo os deveres, abraçarmos o relativismo moral e colocarmos tudo em causa, a virtude, a moral, a autoridade, a ordem, a liberdade dos homens, e por fim, coloca-se em causa existir sequer verdade.

Pior que tudo, talvez a origem de todos estes problemas, abandonámos Deus e esquecemos as quinas que leva a nossa bandeira, e o fogo da fé que ardia no coração dos grandes da nossa história. Perante a pátria, desvirtua-se o poder, gasta-se indevidamente o dinheiro público, sobrepõe-se os interesses pessoais e globalistas ao interesse nacional, proliferação da corrupção legal e moral, destruir o bem comum, criando o bem de poucos e o mal de todos. A saúde está doente, a defesa pouco defende, a educação instrui pouco e educa quando não deve, e o que não deve. Segurança, temos cada vez menos, que o prove ser na polícia que encontramos a maior taxa de suicídio. A justiça já não é justa, pior está o assaltado por se defender, do que o assaltante por assaltar. Ao invés de dar aos portugueses condições para prosperarem, os portugueses são afogados em povos que nos dizem pouco, porque não falam a mesma língua, e tampouco se desejam integrar.

Este regime deve preservar a independência do Estado e aprofundar a integração em grandes espaços políticos, como a querem roubar. Nega-se a história e a identidade que devem honrar este país.

Perante a família, a célula da sociedade é tratada como um estilo de vida opcional entre os demais, equiparando-a a casais homossexuais, pais de *pets* ou a novos tipos de relacionamentos pagãos que se vêm criando.

Liberdades, cada vez menos, a começar pela liberdade de expressão, como todos temos testemunhado.

Mais, este regime trouxe-nos a banalização do divórcio, a união de pessoas do mesmo sexo, as leis do aborto, a adoção de crianças pelas mesmas uniões do mesmo sexo, barrigas de aluguer, eutanásia, onde este regime se empenha cada vez mais.

Neste regime, tratam-se os desiguais como iguais, homens que juraram morrer pela pátria recebem, num mês, o que recebem numa semana aqueles que ainda hoje aqui chegaram. Jovens não conseguem começar uma vida própria. E que objetivo tem a economia que não tem um fim em si mesma, que não fomenta o progresso da sã sociedade?

O 25 de abril, num país católico, nega Deus. O 25 de abril, numa pátria com história, nega-a. O 25 de abril, num povo que não é senão uma grande associação de famílias, nega-as.

Este regime quer matar as três palavras que já todos ouvimos muitas vezes: Deus, pátria, família. Não são os valores de Salazar, e não são os valores do Estado Novo; são os valores que forjaram o ocidente, que

construíram Portugal, e que o fizeram dilatar a fé pelos continentes e levar a civilização pelos mares. É a essência de Portugal. Negar estes três valores não é apenas negar meros valores; é negar Portugal.

Acrescento também que esta data é a negação do ultramar português como parte integrante de Portugal, como um país multirracial e pluricontinental, por parte de traidores à pátria, obedientes a um culto marxista, obediente a Moscovo, ou motivados pelo racismo eurocêntrico, negando a pátria aos povos de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné, Angola, Moçambique, do Estado Português da Índia, composto por Goa, Damão e Diu, Macau e Timor. Este foi um grande desrespeito, não só pelos nossos tombados no ultramar, na década de sessenta e setenta, mas por todos os que procuraram expandir esta grande nação durante cinco séculos.

Por estes motivos, o Chega vai votar contra.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Duarte Abreu Loureiro, do Chega, muito obrigado. Luís Miguel Lima, do CDS.

--- Luís Miguel Lima (CDS-PP) ---

Só um pequeno esclarecimento: a família que foi afetada é de Cascais, ou seja, quer a criança que estava no berço, quer o pai, quer os avós, residem aqui em Cascais, residem no Estoril. É só um pequeno aparte, apesar de que, se a Assembleia aceitasse, mesmo que fossem de fora, seria o mesmo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Miguel Lima, do CDS-PP. António Silva, do Partido Socialista.

--- António Silva (PS) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente do Executivo, Srs. Deputados, a nossa antiga companheira destas lides, o público, e os Diretores desta casa, que nos acolheram.

Ao ouvir com todo o respeito o Duarte Abreu, eu sinto-me culpado, se forem essas as palavras dele, porque eu participei no 25 de abril. Eu era militar, eu estava ao serviço. Eu não quis ir para a guerra, obrigaram-me a ir para o serviço militar obrigatório. O serviço militar obrigatório, naquela altura, onde muitos elementos de Cascais – muitos elementos de Cascais – perderam a vida a lutar por uma coisa que nós, na altura, nem sabíamos o que era. Era muito engraçado, porque quem ia normalmente para o serviço militar obrigatório era, normalmente, a classe mais pobre, porque a classe mais rica de Cascais, não me recorde de alguns terem ido lá para fora, ou terem ido para o serviço militar obrigatório. Normalmente tinham doenças como pé chato, joelhos ou outras coisas. É verdade, João, é verdade, eu sei do que estou a falar.

Eu estive lá no 25 de abril, no dia 24 eu fui destacado para a PIDE, acompanhei o serviço. E digo sinceramente que tudo o que o deputado Abreu Loureiro falou, não é culpa do 25 de abril. O 25 de abril tem

umas costas larguíssimas. Quando se fez o 25 de abril, não era para fazer muitas coisas que se fazem. Não é culpar o 25 de abril pelas barbaridades que, entretanto, se fizeram, barbaridades à esquerda e à direita, ao centro, não há ninguém que se possa afastar, porque todos eles têm culpa no cartório.

Eu estou à vontade, porque até fui colega de um elemento do CDS, o Amaro da Costa, jogou *rugby* comigo, e, por conseguinte, estou à vontade por estar num lado e estar no outro, mesmo que depois me ligue ao PS. Mas, digo sinceramente, culpar o 25 de abril pelas barbaridades que foram aqui ditas, que algumas, eu estou de acordo com ele, que não se deviam fazer, mas o 25 de abril não tem culpa disso. O 25 de abril fez-se para libertar a situação. Eram os analfabetos, eram as pessoas que iam no primeiro dia para o serviço militar, e era a primeira vez que alguns deles tinham sapatos, ou botas militares, porque o que se vivia naquela altura em Portugal era extraordinariamente negativo e muito mau.

Por isso, eu sou culpado também dessa situação, porque eu estava lá. Eu estava lá. Não fui de voluntário; estava lá porque fui obrigado a estar. E depois, participei, e fiquei com muito orgulho de ter participado no 25 de abril de 1974.

Agora, voltando para as questões da freguesia, queria duas questões, ali ao Sr. Presidente, que era a questão da colocação dos seis assadores na Torre, que só dois ou três é que foram colocados. Queria saber se vão colocar mais, ou menos, lá na Torre, desses assadores, ou se fica por ali, ou se vão recuperar os que lá estão. Era uma sugestão que deixo à Junta. Sei que isto foi do mandato anterior, o senhor de certeza vai saber.

Outra questão era sobre o parque infantil da Ribeira dos Mochos, que está fechado desde o tempo da intempérie. Existem lá muitas crianças a visitar aquele parque com as mãezinhas, e eu gostaria de ver aquilo a funcionar como estava antigamente.

Havia muitas outras coisas a falar, mas pelo adiantado da hora, eu fico por aqui.

Muito obrigado por me escutarem.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, António Silva, do Partido Socialista.

Queria só dar duas notas.

Primeira nota: nós, novamente, temos um tempo de uma hora para o período de antes da ordem do dia, e que está a ser ultrapassado. Aqui não se corta a voz a ninguém, isto é um espaço livre e democrático, não é um espaço de discussão, não estamos aqui a discutir aquilo que cada um pensa, cada um é livre de expressar aquilo que pensa, tem ali o seu período e o seu tempo, e eu não corto a voz a ninguém, mas todos são livres de dizer aquilo que pensam – seja verdade, seja mentira, esteja correto ou esteja incorreto. E portanto, que sejam civilizados, e utilizem urbanidade, porque esse também é um dos princípios que nos

guia, é um dos valores humanos que nós temos de respeitar entre todos, para todos sermos respeitados, para nos darmos ao respeito. E portanto, esse é o princípio básico. Portanto, queria fazer esse apelo.

E o segundo apelo era que, de facto, controlassem o tempo, porque tudo é nobre, o que nos traz aqui, porque é tudo importante, mas o período de antes da ordem do dia, temos de cumprir a regra, normalmente é uma hora, e portanto, não podemos eternamente prolongar este período. Portanto, faço esse apelo.

Muito obrigado.

Filipa Marques, do Partido Livre.

--- Filipa Abraham-James (Livre) ---

Vou tentar ser mesmo muito rápida. Devia ter falado isto inicialmente, e esqueci-me.

Relativamente à moção do 25 de abril, o 25 de abril de 1974 constitui um momento dos fundadores, enquanto comunidade política livre. Transitámos de um regime autoritário para um sistema assente na liberdade, no pluralismo e no Estado de Direito. Abrimos caminho à participação cívica e política de todos os cidadãos, e aqui estamos nós.

Celebrar esta data é preservar a memória histórica, sim, mas também reafirmar valores que estruturam a nossa convivência democrática: a liberdade de expressão, o respeito pela diferença e a possibilidade de cada um contribuir para o rumo do país.

Abril é património comum, construído por militares, civis e forças políticas diversas, que convergiram na defesa da liberdade e da dignidade humana.

Portanto, nesse sentido, a sua celebração deve ser inclusiva, tal como sublinha a moção apresentada, e que subscrevo totalmente, ao destacar o papel transversal de todos os que contribuíram para a construção do regime democrático.

Não devemos ceder à tentação simplista de imputar ao 25 de abril as insuficiências e discordâncias do presente. A democracia que hoje vivemos, com todas as suas imperfeições, somos nós. Se há aspetos que nos descontentam, cabe-nos a nós, enquanto cidadãos livres, agir no quadro democrático para o transformar. A democracia constrói-se todos os dias, através do confronto de ideias, do respeito pelo outro e da capacidade de encontrar soluções comuns.

Honrar o espírito de abril é, por isso, recusar o cinismo e o conformismo, e assumir com maturidade democrática o compromisso de melhorar aquilo que entendemos que deve ser melhorado.

Um pequeno aparte: o meu pai, de famílias pobres, esteve no ultramar, na altura do 25 de abril, foi obrigado a lutar no ultramar. Estava lá o irmão dele, o primo e o irmão do primo, porque as famílias mais pobres, a

ideia de que só podia estar um irmão de cada vez não funcionava. Portanto, iam famílias inteiras, e ele também esteve lá, na altura do 25 de abril, a lutar em Angola.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Filipa Marques, do Partido Livre. Dou a palavra a João Sande e Castro, do “Cascais para Viver”.

--- João Sande e Castro (JONET) ---

Obrigado, Sr. Presidente.

De facto, não fazia tenções de intervir neste ponto, porque, de facto, se discute muito o 25 de abril, ainda passados cinquenta e dois anos. Eu ainda me recordo desta data, ainda sou da geração que ainda se recorda. Eu era pequeno, mas recordo-me deste dia vivido com alegria. Recordo-me de, lá em casa, ter sido um dia de grande alegria, se calhar por sermos seis rapazes, por o mais velho ter dezoito anos, e provavelmente no ano seguinte ia ser chamado à tropa e ia para a guerra, e depois seriam todos, por aí fora, os seis. O dia 25 de abril foi, de facto, vivido com alegria.

E permitam-me uma correção. Eu concordei com quase tudo o que disse, exceto com a parte em que apenas os pobres iam para a guerra. Não, não era assim. Não, de facto, foi bastante democrático, se se pode usar esta expressão, dadas as circunstâncias. Mas, eu conheço famílias de todos os meios sociais de Cascais, em que os filhos foram para a guerra. Alguns escaparam – escaparam nas classes ricas, escaparam nas classes pobres, muitos escaparam à guerra, isso é verdade, escaparam à tropa. Mas, conheço muitas famílias, muitos pais, muitos tios de amigos meus, e de pessoas com dinheiro e com poder, na altura, que foram, efetivamente, para o ultramar, e que não foi, de todo, uma questão que apenas abrangesse algumas classes sociais.

Acho que isso, de resto, podíamos divagar por aí, mas isso, de facto, foi uma das coisas que se perdeu com o fim do regime militar obrigatório, foi essa abrangência eclética que obrigava a uma participação comum, de pessoas de vários meios sociais, durante algum tempo.

Mas, isto para dizer que eu gostei muito da moção, e devo dizer que gostei da moção porque nós, neste último mês, todos os anos, somos bombardeados com revisionismo histórico, quase insuportável, que antes do 25 de abril não se podia fazer isto, não se podia fazer aquilo, que as enfermeiras não podiam casar, que as professoras tinham de pedir autorização, que as senhoras não podiam ir para o estrangeiro sem autorização do marido, isto e aquilo. No dia 25 de abril de 1974, isso já não era verdade. A minha mãe ia para o estrangeiro sem pedir autorização ao marido, as professoras casavam, as enfermeiras também, sem pedir autorização a ninguém. Isso por quê? Porque isso acontecia desde tempos ancestrais. Na Primeira República, as enfermeiras podiam casar, as professoras podiam casar, as senhoras poderiam ir para o estrangeiro sem autorização do marido? Não, não podiam, sempre foi assim. Justamente acabou durante o período do Estado Novo.

Portanto, não vamos fazer revisionismos históricos. No dia 25 de abril já não era assim, acabaram essas coisas, que eram, de facto, limitadoras da liberdade e da dignidade das pessoas. Quer queiramos, quer não, em nome da verdade histórica, acabaram durante o período do Estado Novo. Foi durante muito tempo o Estado Novo, houve tempo para acabar muita coisa. Mas essa é, de facto, a verdade.

Mas, eu gostei sobretudo da moção, porque a moção não entrou em revisionismos históricos, e a moção apresentou a democracia como uma coisa positiva. E quer homenagear o 25 de abril pela positiva, pelo que tem de bom, pelo que foi de útil, não em comparação com um passado negro e tenebroso. Não, um futuro melhor, uma democracia que tem de ser defendida, uma democracia que tem de ser vivida, uma democracia que estamos todos aqui para a viver e para a defender.

Por isso, com certeza que terei todo o gosto em votar a favor esta moção. Não tem nada de revisionismo histórico, tem muito de positivo, e com certeza que contará com o meu voto a favor.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Obrigado, João Sande e Castro, do "Cascais para Viver". Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD.

--- Manuel Lopes (PSD) ---

Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, cumprimento o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, cumprimento os meus colegas e o público aqui presente.

A minha primeira intervenção é relativamente aqui à intervenção do deputado do Partido Socialista, sobre a moção, se tem interesse local, ou se não tem interesse local. Eu espero que não seja uma tentativa de não votar a moção, porque foi votada uma moção exatamente igual a esta na Assembleia Municipal, em que o Partido Socialista, relativamente a este ato na Marcha pela Vida, se absteve, e foi o único Partido a fazê-lo, o que não deixa de ser lamentável, agarrando-se à questão de se é um ato terrorista, ou não. Pelo menos é terrorismo na forma tentada. E portanto, agarrando-se a uma questão formal para fugir à votação.

Queria só ter aqui uma intervenção, muito curta, porque estes temas, depois, se vão falando, e vão cristalizando, e vão ficando na opinião pública.

Eu concordo aqui com algumas coisas que o António Silva disse, mas não concordo com tudo. As pessoas muitas vezes não tinham consciência, iam para o serviço militar, para algumas era o seu primeiro contacto até com algumas questões que tinham a ver com a higiene individual, e situações do género. Mas, enfim, o meu pai e o meu tio fizeram a tropa, e fizeram a tropa no ultramar, e não eram de classes desfavorecidas. Portanto, isso é um mito que se está aí agora a criar.

Curiosamente, hoje em dia, o Partido que teve mais pessoas que fugiram ao serviço militar – e essas fugiram, e foram para a Argélia, e outros sítios do género – foi o Partido Socialista, porque o Partido

Comunista Português dava ordens aos seus militantes para fazerem serviço militar. Era um Partido institucional, que dava ordens aos seus militantes para fazer o serviço militar.

Agora, de facto, digo mais, não sei se era discordância com o regime, se era comodismo, ou cobardia, em alguns casos. Uns, seria por convicção, outros, seria por cobardia.

Portanto, está-se aqui a rever e a contar uma história diferente que, de facto, não corresponde à verdade. Não eram os pobres que iam para o serviço militar, tenham paciência. Quem fugia para Paris e para a Argélia era uma classe privilegiada, não eram os pobres. Esses iam emigrar, não iam trabalhar na Rádio Portugal Livre, em Argel.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes, do PSD. Maria João Fialho Gouveia, para uma última intervenção, e já não tenho mais inscrições, nem há inscrições abertas.

--- Maria João Gouveia (PS) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço desculpa por este regresso aqui, eu venho só apresentar dois sentidos de voto.

O Partido Socialista, na moção do 25 de abril, tendo havido aquela alteração, vai votar favoravelmente.

No que diz respeito ao voto de condenação, do Chega, deliberámos por liberdade de voto, porque é uma coisa de consciência e não política. Portanto, haverá sentidos diferentes na nossa Bancada.

E por fim, dizer ao Sr. Deputado Duarte Abreu Loureiro que, para mim, o 25 de abril também foi a madrugada inteira e limpa, mas eu sou católica, uma católica convicta.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, para responder às questões que sejam solicitadas.

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente, que grande período de antes da ordem do dia foi este, o que demonstra e é representativo da vivacidade da freguesia. E nesse sentido, também procurarei ser muito objetivo, tendo em conta a ordem de trabalhos e os pontos também importantes que daí advêm.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Quartin, do Movimento "JONET – Cascais para Viver", agradeço as palavras endereçadas, relativamente ao reconhecimento do diálogo, de cooperação. Também retribuir aquele que tem sido um trabalho, que assistimos à regularidade com que nos envia muitas das inconformidades, situações que o Movimento "Cascais para Viver" faz chegar a esta Junta de Freguesia, o que nos permite também uma atuação mais rápida e célere. E por isso, também agradecer-vos o trabalho político que têm feito, de autarcas, nessa área de identificação daquilo que possam ser problemas, desafios, questões que não estão tão bem na nossa freguesia, e que têm naturalmente endereçado.

Por isso, também agradecer o trabalho do autarca Nuno Quartin.

Relativamente à intervenção da Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista, que apresentou um voto de pesar relativamente ao Eng.º Carlos Salema – pelo que percebi e li da sua formação académica, é de um engenheiro que se trata – aproveito para dar nota, não só relativamente a este voto de pesar, como aos restantes que, em seguida, foram apresentados, porque o voto de pesar ao Eng.º Carlos Salema também é acompanhado de uma proposta de toponímia. Aqui, deixo um alerta, que pelo que eu percebi, se verifica em todas as situações apresentadas, que é chamar a atenção para o regulamento ligado à toponímia, em que, num dos seus artigos, alerta para a importância, e sempre que atribuída, seja a rua, avenida, praça, travessa, o que quer que seja, que deve cumprir um ano desde o falecimento da personalidade que estamos a propor.

Naturalmente que esta Junta de Freguesia vê relevância em todos os nomes propostos, iremos acolher, naquilo que depender de nós, e caso a Assembleia delibere a sua aprovação, aquilo que são as propostas. No entanto, não posso deixar de alertar esta Assembleia para situações futuras, porque, não me levem a mal, se em cada Assembleia... Felizmente, a nossa freguesia é muito rica em muitas personalidades, o nosso mandato fica marcado por toponímias, durante quatro anos. Portanto, com todo o respeito, peço-vos alguma moderação.

Sra. Deputada Maria João Fialho Gouveia, foi a primeira a falar relativamente à toponímia. Portanto, seguirei aquilo que, depois, também foram intervenções de outros deputados.

Já nos chegou esta situação de segurança pública que alertou, de três pessoas em situação de sem-abrigo. Esta Junta de Freguesia tem feito um trabalho de cooperação com aquele que é o novo Vereador da ação social, temos precisamente sinalizado o antigo e cessante Presidente da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, Pedro Morais Soares, onde estamos a trabalhar em equipas de emergência social, em equipas especializadas em salubridade, que têm efetivamente uma resposta que seja vinte e quatro sobre sete, para pessoas em situação de sem-abrigo. É uma preocupação, temos estado a reunir com a Câmara, temos estado a acompanhar este tipo de situações, neste trabalho atento.

Outro assunto que também levantou, relativamente às vespas asiáticas e as armadilhas ecológicas, iremos indagar junto também do Vice-presidente da Câmara Municipal, que tutela a área do ambiente, sabendo nós que a Câmara Municipal de Cascais, através da sua Linha Verde, do atendimento municipal, e o número

gratuito, tem uma resposta extremamente eficaz no que toca ao combate às vespas asiáticas. Qualquer situação que seja reportada, os serviços pedem imediatamente o envio da fotografia, e num período de um espaço de tempo muito curto, há sempre equipas na rua a intervir, relativamente às vespas asiáticas.

Mas, estas questões ambientais são, de facto, muito dinâmicas, e há sempre soluções que vão surgindo, que não existem, e que estão normalmente dependentes de investigação, e de novas soluções que, entretanto, vão surgindo. Falou-nos aqui das armadilhas ecológicas, nós iremos estudar relativamente à sua possibilidade.

Sra. Deputada Filipa Marques, do Partido Livre, falou aqui (...). A impressão que eu tenho – mas, também iremos verificar junto da empresa municipal responsável pela fiscalização de estacionamento – é que, por acaso, nos dias de mercado, até há bastante fiscalização, às vezes as queixas até são inversas, de que muitos carros que não colocaram o seu parquímetro, ou que estão indevidamente estacionados, são, de facto, autuados. Mas, iremos sinalizar também.

Passeios pedonais, postes de eletricidade, foi uma das questões que também levantou, acompanhamos. Ainda esta semana nos chegou uma situação endereçada, também na zona do Cobre, onde nós temos o registo fotográfico, e de imediato enviámos esse mesmo registo para a Câmara Municipal de Cascais, sendo que o Sr. Diretor das Obras nos respondeu também, de imediato, a dizer para se tentar corrigir estas situações o mais rapidamente.

E à semelhança daquilo que também disse ao Sr. Deputado Nuno Quartim, peço também aos restantes autarcas que nos façam chegar esse tipo de situações, para que nós possamos atuar o mais rapidamente possível.

Relativamente às moções apresentadas, com teor mais político, não irei comentar. Acho que compete à Assembleia de Freguesia deliberar, com voto favorável, absterem-se ou contra as mesmas. Refiro-me à intervenção e à moção apresentada, do 25 de abril, da intervenção do Sr. Deputado Vasco Palha, e a intervenção do Sr. Deputado Vasco Pereira, do Movimento “JONET – Cascais para Viver”.

E o voto de pesar a Lobo Antunes, aplica-se aquilo que disse relativamente à intervenção da Sra. Deputada Maria João Fialho Gouveia, sendo que, depois, a Sra. Deputada Maria Ana Morais de Barros esclareceu o que para nós também estava a ser confuso, que era a primeira proposta vir relativamente ao nome de uma escola, e depois, a moção, de facto, referia uma rua. Salvaguardando aqui, dando nota de que a atribuição do nome de alguém a uma escola, seja ela básica, seja ela secundária, seja ela de que ciclo for, é uma proposta que tem de ser sempre homologada pelo Ministério da Educação.

Perguntava ali, informalmente, se Lobo Antunes tinha estudado na Escola Secundária de Cascais, confesso que não sei. Segundo sei, o trajeto está ligado mais ao Estoril, não existia ali, na altura. A escola já tem mais de cinquenta anos, mas, com certeza, não foi lá que estudou, com a idade que tinha, mas se tinha tido alguma relação, para também podermos fundamentar aqui a atribuição do nome a esta escola. Rapidamente

chegámos à conclusão que não, mas é algo que poderemos levantar e levar junto do Departamento de Educação, onde todos os detalhes relativamente à inauguração desta escola estão a ser ultimados, perspectiva-se a inauguração desta escola no mês de setembro, o que permitirá já o início do próximo ano letivo, o que é muito positivo, e mais um grande passo no desenvolvimento do nosso Município e da nossa freguesia.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Miguel Lima, do CDS-PP, agradeço aquele que foi o reconhecimento face aos estragos, na sequência do comboio de tempestades. Vou, obviamente, juntar-me àquilo que foi o seu elogio à equipa de intervenção e de espaço público, que tem estado todos os dias na rua – e quando vos digo “todos”, há cerca de sessenta dias, nós temos todos os registos, e algumas delas encontram-se nas informações do Executivo, e do relatório do trimestre, onde as equipas têm estado todos os dias nesta ação de betuminosos, de tapar tudo o que são os buracos provocados pelas chuvas e pelas tempestades.

E é com orgulho que eu digo que acho que hoje se nota, quando se circula na Freguesia de Cascais e Estoril, muitas vezes quando mudamos para outro tipo de território. E nem sempre foi assim. Por isso, também deixar esta nota, sabendo que há muitas vias e estradas que têm de ser melhoradas, e que estamos muito longe da perfeição.

Também associar-me, ainda sobre a intervenção do Sr. Deputado Miguel Lima, levaremos este conjunto de preocupações, relativamente à época balnear. Mas, destacaria a colocação de obstáculos em zonas indevidas, os buracos nos túneis, e iremos indagar.

Mas, relativamente à reposição das areias, também mostrar toda a proatividade que este Executivo tem tido, e já há algumas semanas – para ser mais preciso, há cerca de duas ou três semanas – pedimos precisamente uma audiência com o Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais, onde alertámos para os efeitos das marés vivas que afetaram os nossos areais e as praias, e explicámos o quanto a época balnear, a estância balnear se mostra absolutamente fundamental no desenvolvimento da nossa freguesia, no que toca às estâncias hoteleiras, à restauração, ao comércio local, e que para nós é absolutamente fundamental numa freguesia como Cascais e Estoril, que as nossas praias tenham a devida qualidade. E alertámos para esta questão das areias, e o que nos transmitiram é que, por norma, naquilo que são os meses de abril e maio, ainda se configura muita questão relacionada com ondulação, e que se perspectiva que possa haver uma reposição natural das areias, porque também uma coisa é certa: quem conhece o processo de reposição, ou, neste caso, de reforço do areal de forma artificial, desengane-se quem pensar que é uma areia comum. É uma areia que não tem nada a ver com a areia a que nós estamos habituados, é uma areia que não vem pura, que vem contaminada, por questões das conchas, e de tudo o mais, não tem nada a ver com o tipo de areia que nós normalmente pisamos, e que qualquer processo semelhante não será benéfico para a qualidade a que normalmente estamos habituados nas nossas areias e nas nossas praias.

Sra. Deputada Maria Ana Morais de Barros, fez a intervenção relativamente à homenagem a António Lobo Antunes, ficámos esclarecidos.

O Sr. Deputado Duarte Rei, do Chega, também foi tudo relativamente a moções, saltarei.

O Sr. Deputado Bruno Aragão Soares deu nota das toponímias que, de facto, temos inaugurado e celebrado. Foram, de facto, meses muito ricos de celebração de personalidades na área da cultura, como foi mestre Carlos Avilez. Alguém que também do ponto de vista da engenharia, desenhou uma das principais artérias da nossa freguesia, que foi o Eng.º José Oliveira, que desenhou, por exemplo, a nossa conhecida Avenida 25 de Abril. Também tivemos a toponímia da rotunda Vítor Neves, um dirigente desta casa, dirigente do Grupo Desportivo Estoril Praia, dos Bombeiros de Cascais. E se repararem nestes três nomes, não estamos a celebrar figuras internacionais; estamos a celebrar personalidades de Cascais, do Estoril, personalidades de pessoas que muitas vezes não vêm nos livros, mas são pessoas que, com os seus pequenos contributos, beneficiaram Cascais, e é a Cascais que hoje temos.

Mesmo para terminar, a intervenção do Sr. Deputado Diogo Torres, do Partido Socialista, Maria da Graça Correia de Oliveira, o mesmo aviso que deixei para circunstâncias anteriores.

Sr. Deputado Duarte Abreu Loureiro, também comentou as moções, irei saltar.

Sr. Deputado António Silva, assadores na Torre: pelo que percebi, foram três, o número aprovado, e estão instalados dois, é assim? Então, estão a faltar três assadores na Torre, e esta Junta será muito profícua em tentar perceber onde é que estão os outros três assadores.

Parque infantil da Ribeira dos Mochos, tenho a informar que alertámos a Cascais Ambiente relativamente a esta problemática, sendo que todos os procedimentos contratuais já estão efetuados para a contratação da manutenção necessária para o parque infantil da Ribeira dos Mochos, Sr. Deputado António Silva. Alertámos logo desde a primeira hora, sendo que o parque, ele encontra-se aberto; o que está efetivamente fechado é a questão do parque infantil.

O Sr. Deputado João Sande e Castro também comentou a questão da moção, iremos saltar. E o deputado Manuel Ramos Lopes, do PSD, também.

Por isso, termino assim as minhas intervenções.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos seus esclarecimentos.

Vamos, então, proceder à votação das moções. Gostava de ter a vossa ajuda e colaboração.

A primeira é a moção de voto de pesar pela morte do Prof. Carlos da Costa Salema, e atribuição de toponímia em sua homenagem, apresentada pelo Partido Socialista. Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém, que se manifeste. Aprovada por unanimidade.

A moção de atribuição de toponímia em homenagem a António Lobo Antunes, apresentada pelo Grupo "JONET – Cascais para Viver". Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Depois, a moção apresentada pelo Grupo de Lista do PSD, sobre o 25 de abril. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por maioria, com dois (2) votos contra, do Partido Chega.

A moção apresentada também pelo Partido Chega, que é do atentado contra a Marcha pela Vida. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Três (3) abstenções, sendo duas do Partido Socialista, e uma (1) do Livre. Aprovada por maioria.

Terminamos assim o período de antes da ordem do dia.

Ninguém pediu um minuto de silêncio. Foi pedido? Se foi pedido, vamos fazer, então, um minuto de silêncio.

(Minuto de silêncio)

Vamos dar início à nossa **Ordem de Trabalhos**.

Ponto n.º 1, Aprovação da ata da 4.ª reunião ordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 18 de dezembro de 2025.

Alguém quer tomar a palavra? Vamos proceder, então, à votação. Normalmente, como sabem, quem não esteve presente, abstém-se. É uma sugestão, mera sugestão.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, Aprovação da ata da reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 27 de janeiro de 2026.

Alguém quer tomar a palavra? Vamos, então, votar. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Aprovada por maioria, com um (1) voto de abstenção.

Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, Aprovação da ata da reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril, realizada em 19 de fevereiro de 2026.

Alguém quer tomar a palavra? Vamos votar. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Aprovada por maioria, com um (1) voto de abstenção.

Agora temos o Ponto n.º 4 e o Ponto n.º 5. Se ninguém se opuser, podemos discutir em conjunto, e votávamos, depois, separadamente, se ninguém se opuser, para agilizarmos os trabalhos.

Sr. Presidente do Executivo, quer apresentar? Portanto, vamos discutir os **Pontos n.º 4 e 5**, Aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025, e a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026. E depois, votamos em separado.

--- Presidente do Executivo ---

Muito bem. Obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez, pela palavra neste ponto.

Relativamente à prestação de contas de 2025, para apresentá-la, concentrarei a minha intervenção em três pontos fundamentais.

O primeiro é um contexto e um enquadramento face ao ano de 2025, que me parece da mais elementar necessidade, e que, naturalmente, deve ser levado em consideração, face àquilo que estamos a aprovar, a discutir e a debater.

Este Executivo ainda não cumpriu seis esses de mandato. Este Executivo encontra-se naquilo que é o início das suas funções, e estamos a falar sobre o enquadramento e um contexto de 2025, que foi muito específico, por dois ou três motivos – ainda sobre esta questão do enquadramento – que me parecem fundamentais.

A primeira é a constatação do facto de que 12 de outubro de 2025 foi a data mais tardia em que se realizaram eleições autárquicas nos últimos vinte anos de democracia.

O segundo facto é que se é verdade que as eleições foram no dia 12 de outubro, a tomada de posse – a nossa tomada de posse – apenas se deu no dia 30 de outubro, à noite.

E o terceiro fator que me parece importante também para a discussão desta prestação de contas é que, ultrapassadas todas as questões burocráticas e administrativas, apenas tivemos acesso àquilo que são as contas bancárias desta Junta de Freguesia no final do ano de 2025.

Por isso, qualquer informação que fosse a favor, e não contrária, face ao nosso sentimento de não pertença desta prestação de contas, seria estranha.

E por isso, naturalmente, nós concentrámo-nos numa análise que fosse o mais factual, analítica, verdadeira possível, relativamente a esta prestação de contas.

Por isso, esta é a primeira questão que eu considero fundamental salientar junto desta Assembleia de Freguesia.

Relativamente a uma análise da execução orçamental, daquilo que é a prestação de contas, de um ponto de vista mais técnico, ele é claro naquilo que é a sua receita líquida, naquilo que é a sua despesa líquida. Naturalmente, não abordaremos – e ele aborda, de uma forma muito exaustiva – aquilo que é a redução do saldo, ela explica-se pelo facto de a redução do saldo ser consequência direta da menor receita arrecadada em 2025.

Talvez voltar um bocadinho atrás. De facto, uma das coisas que nós podemos constatar é a redução da receita. A redução da receita, explicar-vos que ela se dá, efetivamente, por dois motivos que me parecem muito importantes de explicar. O primeiro tem a ver com a não execução do contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal de Cascais e a Junta. Dentro daquilo que nos foi possível perceber e identificar nos últimos meses do ano, houve uma verba, na ordem dos 130.000€, que ficou por executar junto da Câmara Municipal de Cascais. Logo, se é uma despesa que não é contraída, também é uma receita que nós não vamos conseguir obter, uma vez que no contrato interadministrativo, como já aqui falámos diversas vezes, apenas é efetuado o pagamento quando também é comprovada a despesa.

Dar-vos também nota de que se registou igualmente um aumento pontual da despesa. Daquilo que nos foi possível apurar e comparar com anos anteriores, trata-se de despesa de carácter não recorrente, o que, obviamente, também concordamos que tenha contribuído para este desequilíbrio anual.

Por isso, trata-se de uma conjuntura que é explicável, não é uma tendência estrutural ou de desequilíbrio financeiro da Junta.

Para vos dar alguns exemplos, procurámos perceber aqueles que tinham sido os grandes investimentos do Executivo anterior, como por exemplo, a intervenção e pintura do Espaço Sénior do Bairro do Rosário, a requalificação do Cascais Lab Studio – para quem não conhece, são os nossos ateliês gratuitos para os artistas da freguesia – foi um investimento desta Junta, superior a 100.000€, aquilo que foi a requalificação e novos brinquedos na Aldeia de Juso, do Fontainhas, do Bairro da Assunção.

Também demos conta de podas e abates no âmbito das tempestades Martinho, em março de 2025. Todos com certeza se recordarão daquilo que foi, e a forma como esta tempestade Martinho impactou a nossa freguesia.

Por isso, foram circunstâncias que, de facto, contribuíram para este desequilíbrio, mas que em nada colocam em causa os compromissos, que nada colocam em causa aquilo que são os investimentos necessários para o presente ano de 2026.

Terminar com o terceiro ponto, transmitindo-vos aquilo que, na minha opinião, é uma grande garantia de rigor, de transparência e de confiança, que esta Assembleia de Freguesia pode atestar, relativamente a esta

prestação de contas de 2025. Todos os Partidos aqui – excetuando, naturalmente, o Movimento “JONET – Cascais para Viver”, penso que ainda não são candidatos a mais nenhum Município por este país fora – todos os Partidos aqui governam freguesias, Câmaras Municipais, por este país fora, e poderão certificar-se junto dos vossos pares, ou junto de Presidentes que lideram esses respetivos órgãos, e poderão verificar quantos destes são auditados por técnicos oficiais de contas.

E aqui, também dar uma palavra de agradecimento a todo o corpo técnico que preparou esta documentação. Aliás, destacar que este é um documento que é técnico, não é político, é preparado pelos serviços, é revisto pelo técnico oficial de contas, e ainda uma particularidade, que aqui, então, ainda é mais rara. Se, há pouco, vos falava do técnico oficial de contas, agora falo-vos do facto de as nossas contas serem auditadas por um revisor oficial de contas. Portanto, de seis em seis meses esta Junta de Freguesia submete as suas contas a auditoria externa, não havendo, naturalmente, qualquer envolvimento do Executivo.

E uma das conclusões – e talvez mesmo para terminar – é que as conclusões destas mesmas auditorias, tanto dos TOC, como dos ROC, e que foram remetidas para todos os membros da Assembleia, elas concluem e são claras, é que a ausência é total de erros e de omissões na documentação que, merecendo a validação desta Assembleia, tem de ser efetivamente remetida, também para o Tribunal de Contas.

Nesse sentido, e por todos estes motivos, a aprovação deste documento por parte desta Assembleia de Freguesia é fundamental, até porque no seu Ponto n.º 5, a alteração modificativa ao Orçamento, o Ponto n.º 5 tem a ver com o saldo de gerência, aquilo que são os valores que transitam do ano de 2025 para o de 2026, que se configura fundamental este saldo de gerência, até para incorporação daquilo que são questões que ficaram pendentes, relativamente ao ano passado, e que procuraremos regularizar no presente ano de 2026.

Por isso, Sr. Presidente, para já terminava esta minha intervenção, estando disponível para todo e qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente do Executivo.

Aceitam-se inscrições para a discussão do tema. Diogo Torres, do Partido Socialista, se faz favor.

--- Diogo Torres (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou ser mesmo muito telegráfico. No relatório de gestão e prestação de contas está uma lista de contratos, muitas vezes com pessoas a título individual. E nós, da parte do Partido Socialista, gostávamos de ver mais transparência e ainda uma melhor gestão pública, explicitando se aqueles nomes de pessoas

individuais dizem respeito a questões de voluntariado. Um bocadinho como umas observações, dando aqui também um mote para futuro, de transparência, dizer a que é que aqueles contratos dizem respeito, porque temos muitas pessoas a título individual, que têm transferências da Junta, e para a nossa boa avaliação da situação, era importante ver, na prestação de contas, estes contratos um bocadinho mais explicitados, de a que é que dizem respeito.

É a parte dos contratos. É o Anexo 8, se não me engano.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Diogo Torres, do Partido Socialista. Dou a palavra a Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD.

--- Manuel Lopes (PSD) ---

Obrigado por me ter dado a palavra, e cumprimento novamente os presentes.

É só para enaltecer, de facto, a extensão do relatório, é relativamente detalhado, sem prejuízo de alguma questão ou outra, como falou agora até o deputado do PS, poder ser melhorada, mas tem um detalhe extraordinário, e acho que é um trabalho que se deve louvar também, não só o Executivo, mas também o pessoal da Junta que contribuiu para a elaboração do relatório.

Há outro facto que queria enaltecer, que é o facto de, como também falou o Presidente, não só ter sido alvo de um técnico oficial de contas, como tem uma certificação de alguém externo. Portanto, há uma certificação legal de contas que é prestada por um auditor, que não tem nenhuma ênfase, não tem nenhuma reserva, e enaltece o trabalho correspondente à materialidade que consta da prestação de contas.

É tudo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes, do PSD. Dou a palavra a João Sande e Castro, do Grupo "JONET – Cascais para Viver".

--- João Sande e Castro (JONET) ---

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros do Executivo, caros colegas, membros da Assembleia de Freguesia.

Apenas uma breves notas aqui sobre a prestação de contas de 2025.

Contrariamente à opinião do Presidente, nós entendemos que este documento é também político. Assim, é um documento técnico e é um documento político, um documento que reflete opções políticas, que reflete decisões políticas, que reflete escolhas. E nesse sentido, é um documento político.

Mas, é um documento também técnico, claro. Mas, para apreciação técnica, foi feita pelo revisor oficial de contas, pela parte técnica, foi feita pelos serviços, e muito bem conduzida pelos serviços, e muito bem revista pelo ROC. Essa é a parte técnica.

A parte política são as opções que encerra, e também, no fundo, há aqui até uma grande continuidade política do Executivo anterior para este, a maioria dos membros, ou grande parte dos membros do atual Executivo já estava no Executivo anterior, e portanto, obviamente há aqui uma continuidade política. E nesse sentido, entendemos que devemos tecer aqui algumas considerações.

Bom, a primeira será pelo próprio nível de execução. No fundo, existe uma verba sobrança, uma verba de 600.000€ não executada no Orçamento de 2025, que vamos integrar, depois, no Orçamento de 2026, e que representa, afinal, uma capacidade de execução do Orçamento na ordem dos 85%. 85%, para uma Junta de Freguesia, é uma capacidade de execução baixa, e devemos ter isto em atenção, devemos ter maior capacidade de conseguir prever com rigor o que é que vão ser as nossas despesas e receitas de cada ano, para que consigamos, de facto, atingir níveis de execução orçamental maiores.

Mas, também há aqui uma reflexão a nível das despesas correntes e das despesas de capital – e aqui, se calhar, para nós até é mais significativa. O Orçamento da Junta é praticamente todo gasto em despesas correntes; as despesas de capital representam apenas 6% do total do Orçamento. Portanto, temos uma situação em que a Junta é capaz de gerir o dia a dia, é capaz de pagar salários, é capaz de executar o que a Câmara lhe pede, mas que funciona quase como um braço armado da Câmara, um braço local da Câmara, para o que é necessário executar, e para pagar salários, e não tanto como opções de raiz e de futuro, que possam comprometer a própria Junta, e que possam ajudar ao desenvolvimento da Freguesia de Cascais e Estoril.

Eu lembro-me que isto não foi sempre assim. Há uns anos atrás, nos anos oitenta e noventa, a Junta chamou a si a construção dos centros de convívio para a terceira idade, que ainda hoje estão em funcionamento, e que são motivo de grande orgulho para a Freguesia de Cascais e Estoril. Mas, isso foi necessário, foi possível ser feito, na altura, porque as pessoas que cá estavam se empenharam em construir e em alocar uma parte significativa do Orçamento da Junta para despesas de capital, para despesas de investimento, para obra feita no terreno.

E também não há muito tempo, já neste século, também a Junta chamou a si a construção até do pavilhão do Bairro do Rosário, e também de uma creche no Cobre, que também foi a própria Junta que lançou a obra, e a própria Junta que a executou, e que depois de ter lançado a obra e já estar em execução, a Câmara acompanhou e ajudou a financiar.

Mas, houve ali alguma iniciativa, e houve ali algum lançamento para a frente, numa ideia de que a Junta também pode fazer obra, a Junta não tem de gastar tudo em despesas correntes, a Junta pode também

deixar algo de raiz feito para o futuro. Acho que isso aí é importante também a nível das opções, que seja feito.

Naturalmente, pela nossa parte, nós fazemos aqui uma leitura política, e apenas política, e sendo nós uma força política da Oposição, para nós o voto será contra um documento destes. Mas, obviamente, não fere, de modo nenhum, o rigor financeiro com que o documento é feito, o rigor com que foi analisado do ponto de vista técnico pelos revisores oficiais de contas, mas, obviamente, as opções políticas que encerra – porque temos de olhar do ponto de vista político para um documento deste teor, e perguntar-nos: estas seriam as nossas opções? Seria isto que nós iríamos fazer? Seria isto que iríamos executar? E se a resposta será “não”, acho que, em coerência, o voto deve ser negativo, que é o que se espera de uma participação democrática numa Assembleia, que cada um livremente vote como acha que deve, e como acha que está comprometido com as pessoas que votaram nas suas forças políticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, João Sande e Castro, do Grupo “Cascais para Viver”. Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista, se faz favor.

--- Maria João Gouveia (PS) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente. Novamente, cumprimento em si todos os presentes.

Eu venho falar do Ponto n.º 5, do Plano de Atividades plurianual para o ano de 2026, e fazer uma pergunta muito simples: para além dos cerca de 650.000€ que transitam do saldo de gerência para este ano, a que diz respeito o acordo de execução do espaço público, que fica em aproximadamente 250.000€?

Era só. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista.

Não havendo mais ninguém, Sr. Presidente do Executivo, quer tomar a palavra para algum esclarecimento?

--- Presidente do Executivo ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado a todas as intervenções, de todos os Srs. Deputados, naturalmente pertinentes, naturalmente contributivas, dentro daquilo que são as sensibilidades de cada um.

Relativamente à primeira intervenção, do Sr. Deputado Diogo Torres, relativamente ao mapa e aos nomes, eu confesso que até considere que ele está de uma forma bastante transparente, e de uma forma até

bastante clara. Mas, pelo que percebi, era que aqueles nomes pudessem corresponder à natureza do contrato, não é assim? Nós iremos averiguar. Mas, daquilo que é a informação que eu pude recolher nestes breves minutos, é que o mapa é apresentado conforme a Lei dispõe e a Lei obriga. Caso a Lei permita acrescentar outra informação, a juntar a este mapa de contratação, assim o faremos, e não teremos qualquer problema em acrescentar essa informação. No entanto, daquilo que nos foi possível perceber, a informação é, efetivamente, a forma como nos obrigam a remeter a mesma, do ponto de vista, mais uma vez, técnico.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Manuel Ramos Lopes, agradeço as palavras. De facto, é algo que eu também reforcei, relativamente ao TOC, aos ROC, é uma questão que merece ser realçada.

E depois, passando para a intervenção do Sr. Deputado Sande e Castro, acaba por ser um pouco contrária, ou consegui identificar algumas contrariedades naquilo que é a sua intervenção, do ponto de vista em que explica que, do ponto de vista técnico, reconhece que ele está bem redigido, está válido, diz que discorda, do ponto de vista político, daquilo que são as opções, mas não identificou quais. E por isso, fiquei um pouco sem perceber se discorda. De um ponto de vista, ele é válido, mas depois discorda relativamente às opções que ali são tomadas.

E aí, sim, também concordo consigo, relativamente à verba não executada, identificou na ordem dos 85%, que para uma Junta de Freguesia é baixo. É verdade, Sr. Deputado, iremos nos esforçar para que esta percentagem seja superior, mas entenderá também aquilo que é o papel deste Executivo, e até se aperceber, a poucos dias do final do ano, que havia valor que estaria por executar, mas que estávamos, naturalmente, completamente impossibilitados, a poucos dias do fim do ano, onde estivemos aqui reunidos, a apresentar Orçamento, Plano de Atividades de 2026, cumprindo, e estando em causa o cumprimento de todos os procedimentos de contratação pública, seja ele qual for o valor. Neste momento, a Junta de Freguesia segue os procedimentos de contratação pública, de qualquer procedimento, seja ele um ajuste direto, uma consulta a três, um concurso público. Não eramos nós, em poucas semanas, que iríamos conseguir executar o valor correspondente a mais de 100.000€.

E por esse motivo, naturalmente que esta percentagem de execução, desse ponto de vista, concordo, naturalmente, com aquilo que foi a sua intervenção – e, aliás, já é verificável que estamos a trabalhar para que os números, naquilo que é o contrato interadministrativo, naquilo que são as verbas próprias que recebemos do Orçamento de Estado, como sejam receitas próprias, possam estar o mais executadas possível, salvaguardando, naturalmente, sempre a saúde financeira e contabilística da Junta de Freguesia.

Por isso, acho que respondi a todas as questões, Sr. Presidente.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É um pedido de esclarecimento? Faça favor.

--- João Sande e Castro (JONET) ---

Sr. Presidente, muito rapidamente, de facto, as dúvidas que nós tínhamos, de carácter político, eram relativamente às opções tomadas, designadamente a excessiva concentração em despesas correntes e a pouca concentração em despesas de capital, de apenas ser 6% do total do Orçamento executado da Junta, ou das contas da Junta.

Portanto, se quer um esclarecimento sobre qual é a nossa discordância, é, de facto, a Junta não investir mais em obra, seja em centros de convívio, seja em creches, seja em parques infantis, que estão nas suas competências, tudo o que faz falta nesta freguesia, e que está ao alcance de uma Junta – obviamente não vamos falar em habitação, não vamos falar em estradas, que isso são, obviamente, matérias que não estão ao alcance de uma Junta de Freguesia, por motivos óbvios.

Mas, portanto, a discordância era nesse ponto.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, João Sande e Castro. Dou a palavra, de novo, ao Sr. Presidente do Executivo, se faz favor.

--- Presidente do Executivo ---

Peço desculpa, Sr. Presidente, e obrigado, desde já, pela tolerância.

Agradeço também, começando pelas palavras do Sr. Deputado Sande e Castro, de facto, deixou mais claro aquilo que são os seus pontos de discordância. E discordando disso, eu passo a concordar consigo. Em primeiro lugar, do ponto de vista, aí sim, novamente técnico, daquilo que nós temos procurado trabalhar, aperceber-nos relativamente a alguns problemas técnicos, do ponto de vista contabilístico, no ano passado configurou-se alguma dificuldade, no que diz respeito à classificação de despesa. Este ano, já se estão a tentar encontrar algumas soluções, alguns erros que foram cometidos no passado, em que, muitas das vezes, essa classificação de despesa era feita naquilo que eram as despesas correntes, e não de capital.

Mas, de qualquer das formas, compreendo aquilo que disse, é uma verba que nós, efetivamente, vamos querer capitalizar, literalmente, ao mais possível, as despesas de capital, que também vai ao encontro daquilo que é a pergunta – e agora sim, também pedir desculpa, porque, de facto, trouxe o papel na mão, e depois não escrevi, e acabei por me esquecer.

Aqui nos considerandos desta primeira alteração modificativa, relativamente ao valor do saldo de gerência, nós temos de fazer uma distribuição pelas rubricas devidas. E aqui, foi, mais uma vez – e até vai ao encontro da intervenção do Sr. Deputado João Sande e Castro – mais uma vez, a decisão deste Executivo foi classificar, no valor de 247.500€, o acordo de execução no espaço público.

Esta é uma rubrica, que são 247.000€ que transitam, e que vamos cabimentar nesta rubrica, porque muitos dos valores que transitam de um ano para o outro dizem respeito a espaço público. Vou dar-vos um exemplo, do Bairro das Caixas, que inaugurámos há cerca de duas semanas, onde é uma verba que vem do ano anterior, é iniciado e é realizado um concurso público para a reabilitação daquele parque, e, no entanto, com todas as chuvas, com um inverno tão rigoroso, tivemos mais de seis meses – porque ele começou a ser construído em setembro – até aos meses de hoje, para conseguir concluir, porque o tipo de resina que ali tinha de levar era muito especial, obrigava a três semanas sem chover – uma semana para estar seco, uma semana para aplicar, uma semana seguinte para secar.

E portanto, no que toca ao acordo de execução e ao espaço público, há, de facto, um valor que transita, e que somos obrigados a absorver no Orçamento deste ano.

Basicamente é isso. Obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que estamos, então, em condições de proceder à votação.

Vamos, então, proceder à votação do Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, Aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por maioria, com os votos contra do Movimento “JONET – Cascais para Viver”, quatro (4), e abstenção de três (3), do Partido Socialista.

Vamos proceder, então, à votação do Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos, 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, Proposta 103A/2026 – Aprovação de Protocolo de Colaboração para o apoio ao funcionamento do Centro Eng.º Álvaro de Sousa.

Sr. Presidente, quer apresentar o ponto?

--- Presidente do Executivo ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao protocolo tripartido para o Centro Eng.º Álvaro de Sousa, explicar que este é um acordo e um protocolo tripartido entre a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, a Junta de Freguesia de Cascais e Estoril e a Câmara Municipal de Cascais. Este é um acordo e um protocolo que já existe há muitos anos, numa casa de excelência, numa casa de referência localizada no Estoril, bem no coração do Estoril, próximo dos jardins do casino.

Este é um centro fundamental, de ocupação para aquilo que são as atividades endereçadas a uma população que é sénior, uma população de mais de sessenta e cinco anos, todo o tipo de atividade física, promoção de cultura e das diferentes vertentes da arte que ali são promovidas, uma resposta muito importante para o público-alvo, para a idade alvo de que estamos a falar.

E, como sabem, derivado daquilo que foi a nossa primeira Assembleia de Freguesia, agora este Executivo traz à consideração da Assembleia de Freguesia todos aqueles que são estes protocolos. Este é um protocolo muito importante para a Santa Casa da Misericórdia, um apoio no valor de 4.400€ para as atividades que decorrem no Centro Eng.º Álvaro de Sousa. E por isso, acho que também aquilo que é o protocolo, ele é limitativo naquilo que é o destino da verba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente do Executivo.

Alguém quer tomar a palavra? Vamos proceder, então, à votação do Ponto n.º 6, Proposta 103A/2026 – Aprovação de Protocolo de Colaboração para o apoio ao funcionamento do Centro Eng.º Álvaro de Sousa. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos, Recomendação n.º 1/2026 – Proposta de criação de “zonas protegidas” para restrição da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos centros históricos e áreas envolventes às estações ferroviárias da Freguesia de Cascais e Estoril.

Sr. Presidente, quer tomar a palavra, se faz favor?

--- Presidente do Executivo ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Novamente cumprimentar todos.

Esta é uma Recomendação n.º 1/2026, este Executivo fez um esforço, e agradece a todos os Partidos desta Assembleia de Freguesia, para uma matéria que, mais uma vez, é de uma enorme relevância, e que esta Assembleia pode mostrar, e tem todas as condições para mostrar unanimidade, unidade neste combate em causas que nos unem, que não nos desunem, que não são contra ninguém, mas são a favor de quem reside na Freguesia de Cascais e Estoril.

Daquilo que tem sido a nossa atuação política, em que demos o exemplo, a nível nacional, no que diz respeito ao lançamento de uma petição pública que tem como objetivo rever o regime do Licenciamento Zero, agora lançamos aquilo que acreditamos que vai no caminho de combate ao sentimento que possa ser de insegurança, que possa ser de degradação da qualidade de quem reside nestes centros históricos – por

exemplo, o de Cascais – mas também o que muitas vezes é referido nesta proposta como CUC, os Centros Urbanos Comerciais.

E a proposta é clara, eu penso que ela está bastante clara no seu vocabulário, ao que vem, explica bem. Trata-se da limitação da venda e do consumo de álcool em via pública, a partir das vinte horas, a sua limitação no que diz respeito às lojas, e só às lojas de conveniência, permitindo, naturalmente, o consumo em restaurantes, em bares, em esplanadas devidamente licenciadas, não permitindo que as lojas de conveniência, ou que os próprios restaurantes vendam bebidas alcoólicas, naquilo que nós conhecemos como regime de *take away* – peço desculpa pelo estrangeirismo, mas venda para fora.

Ele explica o que é que são as propostas e as medidas concretas, os seus antecedentes e fundamentação.

Aqui também reforçar a questão que me parece bastante relevante. A proposta, como ela própria diz, é uma proposta com carácter de recomendação. Esta Junta de Freguesia não dispõe de competências, de um enquadramento legal que permita estabelecer um regulamento, que tem de ser municipal. Portanto, aqui esta palavra diz tudo, é um regulamento municipal. Mas, acho que temos aqui uma oportunidade, mais uma vez consideramos assim, que temos mais uma vez uma oportunidade de liderar pelo exemplo.

Esta proposta, no que toca aos CUC, vai também mais além do que aquilo que a Câmara Municipal de Cascais já consagrou. Neste momento, dar-vos nota de que existem dois CUC estabelecidos pela Câmara Municipal de Cascais, que é o Centro Urbano Comercial, que nós conhecemos como centro histórico de Cascais, o Cascais Velho, e consagra também o Centro Urbano Comercial do Estoril. Olhando para o mapa de anexo que é possível encontrar no *site* da Câmara Municipal de Cascais, percebemos que inclui as arcadas do Estoril, e também a zona do Monte Estoril, no mesmo anexo.

E aquilo que nós propomos é que sejam criadas também mais dois Centros Urbanos Comerciais, nomeadamente próximos às estações ferroviárias de S. João e S. Pedro do Estoril.

E basicamente são estas as notas. Falamos que, sendo aprovada por esta Assembleia de Freguesia, a presente recomendação será remetida ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais, com conhecimento à Assembleia Municipal e às forças de segurança competentes.

E também termina com *“a Junta de Freguesia solicita ser informada sobre as diligências tomadas pela Câmara Municipal, em resposta à presente iniciativa”*.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou naturalmente disponível. Sabemos que estamos perante mais um momento que é histórico, na reforma, na correção de situações que coloquem em causa a segurança, o bem-estar e o conforto, porque o direito a descansar é de todos, o direito de acordar no dia seguinte com uma via pública limpa, e não degradada por quem insiste em consumir bebidas alcoólicas na via pública, mais do que um direito, é mesmo um dever de todos os cidadãos.

E por isso, esta Junta de Freguesia estará sempre na luta pela segurança e bem-estar dos nossos fregueses.

Obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faça favor, Vasco Pereira, do Grupo “JONET – Cascais para Viver”, pode tomar a palavra e fazer a questão que entender.

--- Vasco Pereira (JONET) ---

Tenho só uma pequena dúvida. Em relação às Festas do Mar, estão incluídas em que ponto? Temos as rulotes de *street food*, que vendem álcool também. Vão deixar de vender? Vai deixar de haver as Festas do Mar? É só essa a minha dúvida. Não sei se é relevante, mas, de qualquer forma, é uma dúvida que eu tenho.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Vasco Pereira. Diogo Torres, do PS.

--- Diogo Torres (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu também vou ser telegráfico nas notas que o Partido Socialista queria deixar.

Desde logo, as oito horas, parece-nos francamente cedo, dados os movimentos pendulares de pessoas que chegam ao centro de Cascais, que saíram de Lisboa às sete, e chegam às sete e meia, oito, e não podem ir comprar uma garrafa de vinho para jantarem, no supermercado que pertence à estação, por exemplo. O supermercado, hoje em dia, tem uma hora de encerramento às nove da noite, e, se calhar, as vinte e uma seria uma hora que seria muito mais libertadora, do ponto de vista da liberdade económica, dado que nós estamos aqui a restringir algo do comércio local.

E também nos preocupa, por exemplo, alguns estabelecimentos comerciais, como é o caso de alguns *wine bars* que existem ao pé do edifício da Câmara, que ficariam sem oportunidade de poder vender aquilo que é o seu produto principal, o vinho, para *take away*, para pessoas levarem para casa.

Eu acho que a medida é da mais elementar justiça para a ordem pública, mas também temos de ter aqui algum cuidado com a restrição à liberdade económica.

E daí, a nossa grande pergunta é: a hora, das oito horas, não poderia passar para as nove horas? E outra questão é se as grandes superfícies, os supermercados propriamente ditos, que se encontram especialmente no CUC de Cascais, se não podiam ser salvaguardados, dado que estamos a falar de uma questão completamente diferente.

E depois, acompanhar também a preocupação para festividades, o que é que acontecerá quando existirem festividades.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Diogo Torres. Dou a palavra a Nuno Quartin, do Grupo “JONET – Cascais para Viver”.

--- Nuno Quartin (JONET) ---

Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia:

O ponto que hoje aqui nos é apresentado, a Recomendação n.º 1/2026, insere-se num trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com sentido de responsabilidade, sobre a realidade da nossa freguesia. Estamos perante uma proposta que surge num contexto que não podemos ignorar, e que procura responder, de forma estruturada, a desafios concretos que têm vindo a acentuar no nosso território.

É, por isso, importante enquadrar esta iniciativa na realidade que todos reconhecemos, e na necessidade de encontrar respostas equilibradas e eficazes.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia:

Existe, de facto, um crescente sentimento de insegurança na Baixa de Cascais e restante freguesia, acompanhado por episódios de rixas entre grupos, que preocupam a tranquilidade pública e afetam residentes, comerciantes e visitantes.

Importa reconhecer que o funcionamento de algumas lojas de conveniência durante o período noturno, com a venda de bebidas alcoólicas, tem contribuído para este clima de intranquilidade. Não sendo o único fator, e ainda assim, um elemento relevante que deve ser considerado numa resposta séria e eficaz.

Neste sentido, manifestamos a nossa concordância com a limitação da venda de álcool na via pública, desde que esta não prejudique a atividade da restauração e das esplanadas devidamente licenciadas, que são parte integrante da vida económica e social do nosso concelho.

Contudo, entendemos que a proposta poderá alcançar maior impacto caso vá para além de uma recomendação à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Se queremos que esta medida tenha efeitos concretos, é necessário garantir que a mesma se traduza em alterações regulamentares efetivas. Tendo em conta que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia representa a Freguesia de Cascais e Estoril na Assembleia Municipal, consideramos essencial que este órgão vá mais além e assuma uma posição consequente.

Assim, propomos o aditamento de um novo ponto à proposta, um Ponto n.º 3, com o seguinte teor: “A Assembleia de Freguesia de Cascais e Estoril mandata o Presidente da Junta para propor à Assembleia Municipal uma alteração ao regulamento municipal dos horários de funcionamento dos estabelecimentos do Município de Cascais, no sentido de assegurar a implementação das medidas agora aprovadas.”

Só desta forma poderemos garantir que a preocupação legítima dos cidadãos se traduza em ação concreta e em resultados visíveis, na melhoria da segurança e qualidade de vida da nossa freguesia.

Se queremos uma Baixa de Cascais mais segura, mais equilibrada, mais vivida para todos – residentes, comerciantes e visitantes – então é fundamental que estas decisões aqui tomadas tenham continuidade e impacto real. É nesse espírito de colaboração institucional e compromisso com a nossa freguesia que apresentamos esta proposta de aditamento.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Nuno Quartim, do “Cascais para Viver”. Dou a palavra a Filipa Marques, do Partido Livre.

--- Filipa Abraham-James (Livre) ---

Vou ser telegráfica também.

Compreendo e acompanho a preocupação subjacente à proposta de criação de zonas protegidas para restrição de venda e consumo de bebidas alcoólicas, e não me oponho à sua implementação.

E acrescento que a Câmara de Lisboa aprovou, em janeiro (penso eu), uma medida muito parecida, e que salvaguardou as Festas de Lisboa. Portanto, poderá ser usado esse aparte.

Têm-me chegado relatos sobre a facilidade com que jovens, alguns com apenas catorze anos, conseguem comprar e consumir bebidas alcoólicas no centro da Vila de Cascais, com todas as implicações que isso acarreta. Trata-se de uma realidade que não pode ser desvalorizada e exige uma resposta articulada entre a fiscalização, a sensibilização e a regulação do espaço público.

Acresce a esta preocupação os problemas recorrentes associados ao consumo de álcool na via pública, particularmente – e porque eu já o testemunhei – na Travessa Frederico Arouca, que liga a rotunda da estação de Cascais à Rua Frederico Arouca, antiga Rua Direita. Falo da acumulação de lixo, a degradação do espaço urbano e a presença frequente de grupos em estado de embriaguez, que geram distúrbios para residentes e transeuntes.

Sendo esta uma zona central e de grande afluência, essa realidade tem um impacto negativo na freguesia.

Portanto, nesse sentido, qualquer medida que contribua para mitigar esses efeitos deve ser considerada, desde que acompanhada, mais uma vez, de fiscalização efetiva, de uma abordagem equilibrada, mas que procure resolver o problema de uma forma definitiva.

Portanto, concordamos com a moção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Filipa Marques, do Partido Livre. Vasco Palha, do PSD.

--- Vasco Palha (PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só dar aqui umas breves notas em relação a esta recomendação, que nos parece que é relativamente consensual que a recomendação que hoje aqui discutimos não surge de forma isolada, nem de forma avulsa, e que acaba por surgir na sequência de uma preocupação real dos nossos fregueses. E portanto, surge também na sequência de uma petição pública, promovida pelo Sr. Presidente da Junta, e que acabou por recolher milhares de assinaturas. E surge igualmente também de um compromisso assumido pelo próprio Sr. Presidente, perante os fregueses, de agir sobre um problema que afeta diariamente a qualidade de vida dos nossos centros urbanos.

E portanto, isto é uma recomendação que a Junta de Freguesia traz aqui para esta Assembleia.

E portanto, há aqui vários problemas que são relatados, o que está aqui em causa acaba por não ser apenas uma medida abstrata, várias situações que ocorrem, que já foram também mencionadas aqui pelos diversos Grupos de Lista, o aumento do ruído, conflitos associados ao consumo de álcool na via pública, o impacto direto na tranquilidade dos residentes. Portanto, são problemas que são, de facto, importantes de serem mencionados.

E portanto, na ótica da Bancada do PSD, esta é uma recomendação que tem um mérito importante, porque acaba por procurar um equilíbrio, um equilíbrio entre a necessidade de garantir, por um lado, a segurança e a qualidade de vida dos nossos fregueses, e por outro lado, salvaguardar também a atividade económica local. Portanto, esse equilíbrio acaba por estar refletido nesta recomendação, e se por um lado propõe a criação de zonas protegidas, delimitadas, em áreas críticas da freguesia, onde se pretende atuar de forma mais focada e eficaz, por outro lado estabelece uma restrição dirigida e proporcional, ao nível da venda de bebidas alcoólicas no comércio de retalho, nomeadamente a partir das vinte horas, isto sem penalizar aquilo que é o setor de restauração e bebidas, que continua a poder funcionar dentro das regras estabelecidas.

Acresce ainda a importância, que também é importante dar nota desta recomendação, dada a fiscalização e a articulação com as forças de segurança, que é, de facto, um elemento essencial para garantir que qualquer medida tem implicação efetiva no terreno.

E portanto, também como já foi mencionado aqui, importa sublinhar que estamos perante uma recomendação, e portanto, é um instrumento que acaba por ser responsável, que respeita as competências dos diferentes níveis de poder, e que, remetendo à Câmara Municipal, como o Sr. Presidente referiu há bocadinho, às entidades competentes, para a concretização destas medidas propostas.

E portanto, mesmo para terminar, Sras. e Srs. Deputados, não estamos aqui a falar de uma medida contra ninguém – como o Sr. Presidente da Junta referiu – é apenas uma medida a favor daquilo que é a qualidade de vida dos nossos fregueses. E portanto, é precisamente nesse espírito que deve ser analisada, e creio que pode servir de bom senso a todas as Bancadas aqui presentes.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Vasco Palha, do PSD. Dou a palavra a Miguel Lima, do CDS-PP.

--- Luís Miguel Lima (CDS-PP) ---

Uma vez mais, boa noite.

Eu trazia aqui um documento, mas vou tentar abreviar e resumir, tendo em conta o adiantamento da hora.

Antes de mais, fazer uma declaração de interesses. Eu falei no seio do meu Partido sobre esta questão. Eu sou uma parte interessada, como alguns de vocês sabem – outros, possivelmente não – nesta questão.

Por ser parte interessada, já há muitos anos que lido com este problema, de forma próxima, direta, e tenho um acumular de experiência, já dos últimos, possivelmente, treze anos.

Em 2015, juntamente com uma jornalista do Observador, tive a oportunidade de participar num artigo, em que se começava a falar sobre este tema, e o que é que teria acontecido noutros países, e quais é que seriam as repercussões futuras desta situação.

Um dos meus negócios está dentro da área da restauração e bar, e tenho um estabelecimento deste género mesmo ao lado do meu espaço. E isto tem-me criado graves problemas, ou seja, obrigou-me a implementar um circuito de videovigilância num espaço exterior, em que tive de pedir autorização para o ter ao Diretor Nacional da PSP, para poder controlar o consumo de álcool no meu espaço, e poder provar que esse consumo de álcool, sempre que houvesse alguma intervenção policial, não teria sido fornecido pelo meu espaço, e pelos meus colaboradores. Como não de imaginar, isto foi um grande investimento.

Já em 2015, Cascais por precursor, na altura, com António Capucho – agora não tenho ideia da data, deve ter sido antes, relativamente à venda de álcool em estações de gasolina, porque havia dois locais em que nós não conseguíamos pôr gasolina, porque a venda de álcool assumiu uma proporção tão grande, que era impossível. E também não era esse o grande objetivo de quem geria esse negócio.

E foi um *case study* a nível nacional, que se passou, que hoje em dia é algo consensual, e que existe a nível nacional, mas os dois primeiros pontos, foi através do Dr. António Capucho que se conseguiu efetivamente criar algumas regras na venda de álcool nestes espaços.

Entretanto, em 2019, Carlos Carreiras tentou, junto das CUC, também delimitar a venda de álcool em lojas de conveniência. Tal não foi possível, por providências cautelares que estes grupos – porque estamos a falar de um grupo muito poderoso – conseguiram interceder. E, naturalmente, isso acabou por cair por terra.

Naturalmente, as coisas evoluíram, já existe mais conhecimento, e deixo-vos os meus parabéns pela iniciativa que tiveram, para dizerem “não” a lojas de fachada, porque estas lojas, mais do que isso – e eu tenho mesmo ao meu lado – não são só pontos de venda de álcool; é muito mais do que isso, há um conjunto de imigração ilegal que está dentro de determinadas redes, que utilizam estabelecimentos que são licenciados para atividade comercial, e utilizam-nos para área habitacional. E podemos dizer que numa cama de casal podem dormir quatro adultos, em divisões, e numa divisão em que normalmente só existiria uma cama de casal, hoje conseguem lá pôr duas.

E isto é uma situação que, infelizmente, não está a ser devidamente supervisionada pelas entidades competentes.

Por isso, eu queria deixar esta declaração de interesses aqui, pela minha apresentação, e dizer que o CDS-PP naturalmente irá votar e promover esta recomendação, que não pode ser mais do que isso, mas que terá todo o nosso apoio, certamente.

Não consegui perceber a proposta do Nuno Quartim, a parte final, ou seja, a proposta de alteração. Eu gostava de perceber melhor, porque não consegui lá chegar.

Obrigado, e boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Miguel Lima, do CDS-PP. João Sande e Castro, do Grupo “JONET – Cascais para Viver”.

--- João Sande e Castro (JONET) ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Esclarecer aqui o colega, membro da Assembleia Municipal, de qual é que era o sentido da proposta que o Grupo de Lista “JONET – Cascais para Viver” apresentou.

Nós concordamos com o teor, concordamos com o objetivo. Há algumas dúvidas, obviamente, de pormenor, de como é que isto poderá ser executado, mas, se calhar, nessa matéria, não lhe ensinarei certamente nada, tem um conhecimento muito mais vasto do que eu. Mas, era para tornar isto mais consequente, e

uma vez que o Presidente da Junta é, por inerência, membro da Assembleia Municipal, e representa a Freguesia de Cascais e Estoril na Assembleia Municipal, que a Assembleia desde já mandatasse o Presidente da Junta para apresentar, em nome da freguesia, uma proposta de recomendação à Assembleia Municipal, no exato sentido daquela que aqui estamos a aprovar hoje. Portanto, para dar mais essa força e, no fundo, fazer valer essa posição, essa representação da Junta de Freguesia na Assembleia Municipal de Cascais, pela pessoa do Sr. Presidente, que me parece que era útil para dar reforço a isso.

Eu sugeria, Sr. Presidente, se calhar que se pudesse votar à parte este acrescento. Estaremos, obviamente, perfeitamente disponíveis para votar a proposta, que votaremos a favor, naturalmente, e para que seja votada, antes ou depois, a possibilidade de acrescentar, numa votação na especialidade.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado. Vamos ver a opinião do Sr. Presidente do Executivo. Sr. Presidente do Executivo, se faz favor.

--- Presidente do Executivo ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tentarei, de forma muito breve, até considerando o adiantado da hora, responder.

E também agradecer as intervenções e os contributos que todos, que foram, efetivamente, construtivos e fazem sentido refletir.

Como aqui reforçado várias vezes, trata-se de uma recomendação. Esta recomendação terá de cumprir vários trâmites formais, nomeadamente a formulação e a redação de um regulamento que é municipal, poderá baixar à comissão das Assembleias Municipais. Cada Partido, à semelhança do que estamos aqui a fazer, também na Assembleia Municipal poderá dar os seus contributos, complementares aos nossos, poderão ir além dos nossos, poderão manifestar diversas opiniões, distintas daquelas que estamos a manifestar.

E por isso, respondo, e começo pela intervenção do Sr. Deputado Vasco Pereira, do "JONET – Cascais para Viver". Há eventos que, pelas suas características, podem ser elevados a interesse municipal. Exemplo disso é utilizado para não só os cortes de via, que acontecem nas Festas do Mar, durante aqueles dez dias, como também para tudo o que são as vendas, mais conhecidas como as vendas ambulantes, as *food trucks* que ali são estacionadas ao longo daqueles dias, e que lhes dá uma licença especial para que possam vender, não só bebidas, como comidas, naqueles dias.

E portanto, existe essa figura, como existe a LER – Licença Especial de Ruído, ou ocupação de via pública, e são eventos onde é possível consagrar como elevado interesse municipal. E isso, certamente, também levamos aqui como ponto de reflexão, com a importância de incluir num futuro regulamento municipal.

A intervenção do Sr. Deputado Diogo Torres, do Partido Socialista, aquilo que se aplica relativamente às vinte horas, ou vinte e uma, eu também lhe digo, peço-lhe a si que esse não seja o fator da sua abstenção ou voto contra, porque também não escondo o interesse da força de este documento ser aprovado por unanimidade – se assim não for, é o que é, ele está validado e continua a ter a sua força na mesma, não é por aí. E isso pode ser, naturalmente, discutido e analisado mais a fundo.

Só tive aqui uma situação que acho que é ultrapassável, e que aqui registou. Disse sobre querer comprar uma garrafa de vinho, numa casa de vinhos, se ficará proibido a partir das vinte horas. Não, aquilo que nós pretendemos é que essa venda possa ser feita, por esse tipo de casas de vinhos – e existe uma bem tradicional e portuguesa na Rua Direita – ele poderá ser vendido; você é que não vai poder consumir na via pública. É um bocado à americana, vai ter de andar com aquele saco de cartão, que tipicamente vemos, de papel, para esconder o rótulo.

O Sr. Deputado Miguel Lima aqui falou de vários exemplos, e de vários fenómenos que acontecem. Eu é que não quis acrescentar, pelo adiantado da hora, mas nós somos provavelmente dos poucos países na Europa, e até noutros continentes, que ainda não olhou para esta questão, e que estamos finalmente a discutir, por iniciativa desta Assembleia de Freguesia e deste Executivo.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Nuno Quartín, da minha parte – e também respondendo, Sr. Presidente – parece-me uma proposta sensata de se acolher. Já o faria, do ponto de vista informal e formal – formal porque o Presidente da Junta tem inerência na Assembleia Municipal, informal porque acompanharei, naturalmente, os trabalhos, as conclusões e os caminhos que esta recomendação seguirá. Mas, do ponto de vista do Executivo, há abertura total para acolher a recomendação.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Filipa Marques, fiscalização, reforçou aqui, é precisamente o que esta recomendação permite, qual é o enquadramento fiscal, ou de uma Polícia Municipal, ou de uma PSP, quando quer impedir o consumo na via pública, e uma degradação absoluta, por exemplo, nos jardins do casino. Qual é o enquadramento da Lei e fiscal que a Polícia Municipal pode seguir? Neste momento, é absolutamente nenhum. E, aliás, este deve ser um caminho também feito com as autoridades e com as forças policiais, porque só assim faz sentido. E, aliás, consta também na proposta.

E mesmo para terminar, a intervenção do Sr. Deputado Vasco Palha, do Partido Social Democrata, obrigado, concordo com tudo aquilo que aqui foi dito. Como também um empresário, e também do nosso deputado Miguel Lima, que temos a sorte de acrescentar todo o seu *know how*, também de empresário que é, na freguesia, e que, naturalmente, também deu muitos dos seus contributos, enquanto freguês, enquanto cidadão, o que só enriquece o debate nesta Assembleia de Freguesia.

E por isso, Sr. Deputado, termino assim, agradecendo mais uma vez as perguntas endereçadas.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que não há mais inscrições. Passaremos a proceder à votação.

Ora, vamos votar, então, o Ponto n.º 7, Recomendação n.º 1/2026 – Proposta de criação de “zonas protegidas” para restrição da venda e consumo de bebidas alcoólicas nos centros históricos e áreas envolventes às estações ferroviárias da Freguesia de Cascais e Estoril. Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém? Dois (2) votos de abstenção. Aprovado por maioria, com dois (2) votos de abstenção, do Partido Chega, e também com as alterações propostas pelo Movimento “JONET – Cascais para Viver”.

O **Ponto n.º 8** da nossa ordem do dia é a Informação escrita e informação financeira do Presidente da Junta.

Penso que todos receberam essa informação. Não há votação, mas se alguém quiser fazer alguma questão ou alguma pergunta, ainda temos um minuto para isso.

Maria Ana Morais de Barros.

--- Maria Ana Barros (JONET) ---

Obrigada.

Sr. Presidente, ficámos com uma dúvida, depois da sua intervenção: quer proibir a venda, ou quer proibir o consumo? É as duas coisas?

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Desculpe lá, já passámos esse ponto. Muito obrigado.

Vou dar a palavra a Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista, para uma declaração de voto sobre o Ponto n.º 7.

--- Maria João Gouveia (PS) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Partido Socialista votou favoravelmente este ponto, mas não vai desistir de conseguir, uma vez que o ponto, segundo o que o Sr. Presidente disse, continuará a ser debatido, continuará a ser melhorado – foi o que nós percebemos – não vamos desistir de tentar alargar o prazo em uma hora, e também vamos tentar salvaguardar que os supermercados oficiais nas redondezas, que não sejam abrangidos por essas proibições.

É uma declaração de voto, sim.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado. A declaração de voto já foi efetuada.

Vamos proceder, então, se me permitem, à leitura da minuta da ata da reunião.

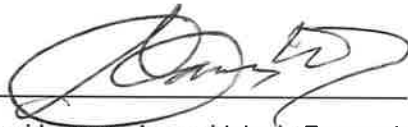
Leitura da minuta da ata.

Às zero horas e zero minutos foi lida, aprovada e assinada esta minuta. Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Já agora, queria agradecer a todos os membros da Assembleia a vossa colaboração e ajuda para o decorrer dos trabalhos.

E dizer que eu hoje também mereço os meus parabéns, porque só me enganei uma vez a trocar o nome.

Assim, deu-se por terminada a sessão, quando eram zero horas do dia 29 de abril de 2026.



O Presidente da Assembleia de Freguesia



O 1.º Secretário

A 2.ª Secretária